

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO LATINO-
AMERICANA**

**AS NOVAS RELAÇÕES ESTADO-SOCIEDADE: O
PAPEL DESEMPENHADO PELOS MOVIMENTOS
SOCIAIS NO BRASIL E NA ARGENTINA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Maria Erondina Silveira da Silva

Santa Maria, RS, Brasil

2007

**AS NOVAS RELAÇÕES ESTADO-SOCIEDADE: O PAPEL
DESEMPENHADO PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO
BRASIL E NA ARGENTINA**

por

Maria Erondina Silveira da Silva

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, Área de Concentração em Integração Econômica, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Integração Latino-Americana.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a Rita Inês Pauli Prieb

Santa Maria, RS, Brasil

2007

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada
aprova a Dissertação de Mestrado

**AS NOVAS RELAÇÕES ESTADO-SOCIEDADE: O PAPEL
DESEMPENHADO PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E NA
ARGENTINA**

elaborada por
Maria Erondina Silveira da Silva

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Integração Latino-Americana

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Rita Inês Pauli Prieb. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Prof. Dr Marcelino de Souza. (UFRGS)

Prof. Dr Adayr da Silva Ilha. (UFSM)

Santa Maria, 10 de agosto de 2007.

DEDICATÓRIA

Dedico à Emanuéli, minha filha ... que todos os dias me serviu de inspiração.

AGRADECIMENTOS

Há muito tempo espero para escrever neste espaço... no entanto, tomei o cuidado de que fosse o último item a ser escrito, com o intuito de que meus agradecimentos englobem, da forma mais justa possível, todas aquelas pessoas que tornaram a realização desta dissertação possível.

Muitas pessoas talvez não tenham a compreensão real do significado do que é obter um título acadêmico, eventualmente, nem eu... Apesar disso, aprendi a valorizar e reconhecer a importância da obtenção do grau de mestre. Isto, tanto pelo que fiz, como pelo que deixei de fazer. Ou seja, pelo custo de oportunidade implícito a cada momento do mestrado.

Sei que, por trás de cada conquista profissional (e de outros âmbitos), está a colaboração e o companheirismo de muitas pessoas. Logo, ao chegar ao fim desta etapa, quero agradecer, sinceramente, àqueles que deram a sua contribuição para que este trabalho fosse realizado.

Em primeiro lugar, agradeço à Prof^ª Dr^ª Rita Inês Pauli Prieb pela forma como orientou esta pesquisa. As observações e recomendações brilhantes qualificaram o conteúdo, enquanto a cordialidade, a seriedade e a confiança em minha capacidade tornaram possível o reconhecimento de uma pessoa muito humana e rara. Também agradeço pelos ensinamentos, não apenas na orientação, mas em termos de experiência de vida que passa a todos os que têm a sorte de cruzar o seu caminho.

Também agradeço à amiga, Prof^ª Dr^ª Marisa Oliveira Natividade, que nunca, nem nos momentos mais difíceis, deixou de incentivar e acreditar (quando nem eu acreditava...) no meu potencial, enquanto estudante e aspirante a pesquisadora. E aproveito este espaço para homenageá-la pela pessoa em si, como exemplo de caráter e respeito profissional que inspira.

Agradeço à pessoa que mais ouviu queixas e lamentações de minha parte nos momentos de desânimo, meu namorado Marco Antônio Almeida Escobar, e que, mesmo nos momentos de maior dificuldade, foi incentivador e guardião de meus pensamentos no transcorrer do mestrado, e que provavelmente se sente tão aliviado e feliz quanto eu por findar mais uma etapa da minha vida acadêmica.

Aos fidedignos amigos Neusa e Tadeu Gudolle, Oswaldina de Souza, Verônica Saldanha, Carlos Eduardo Santos, Clariane Saldanha, pelo respeito, convivência e companheirismo em várias situações da minha vida, inclusive para a elaboração da dissertação, e que sempre se mostraram solícitos e dispostos a colaborar nos momentos mais difíceis.

Aos colegas de Mestrado e amigos mais recentes Aline Knorst, Ewerton Wirbitzki, Ledi Cerdote, Rafael Schmidt, Cláudio Kuczkowski e Maria de Lurdes, admiráveis pessoas com as quais tive o prazer de compartilhar belos e proveitosos momentos de minha vida.

Deixo, também, uma palavra de agradecimento aos professores do Mestrado em Integração Latino-Americana da UFSM. E à dona Maristela Ribas, secretária do curso, que sempre se mostrou disposta a nos ajudar no transcorrer de todo o Mestrado.

Agradeço a Deus e a todos pelos momentos únicos e experiências compartilhadas que fizeram com que este processo contribuísse para o meu desenvolvimento pessoal.

Muito obrigada.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Mestrado em Integração Latino-Americana
Universidade Federal de Santa Maria

AS NOVAS RELAÇÕES ESTADO-SOCIEDADE: O PAPEL DESEMPENHADO PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E NA ARGENTINA

AUTORA: MARIA ERONDINA SILVEIRA DA SILVA

ORIENTADORA: PROF^a DR^a RITA INÊS PAULI PRIEB

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 10 de agosto de 2007.

Através de análise exploratória, esta dissertação trabalha aspectos referentes à autonomia dos Estados-Nações e as funções desempenhadas pelos movimentos sociais contemporâneos, especialmente no Brasil e na Argentina, e em que medida estes são instrumentos capazes de propiciar cidadania e democracia participativa, além de ter a capacidade de inserir socialmente alguns segmentos que encontram dificuldades para participar do processo produtivo. Para isso, é preciso definir movimento social como um instrumento capaz de considerar as diferentes expectativas individuais para todo o conjunto da população, levando em conta as diferenças de gênero, idade, renda, cultura e de acesso aos direitos básicos, entre outros. A partir da atuação participativa dos indivíduos, os avanços passam a configurar conquistas e não mais concessões dos detentores do poder. Daí, a relevância das novas ações sociais como instrumentos de construção de uma cidadania qualificada, por serem frutos da conquista e terem como cerne a capacidade de criar padrões de convivência social não excludentes, mas que promovam e respeitem as diversidades. Como as novas ações dos Estados nacionais estão na definição de políticas domésticas crescentemente articuladas em nível de blocos regionais, alternativas locais podem representar a criação de novos espaços de politização e construção democrática, e a sociedade civil pode, através dos movimentos sociais, gerar arenas de negociação, nas quais as decisões sejam formadas em prol do bem-estar social, ou seja, não apenas relegando aos Estados o monopólio das decisões.

Palavras-Chave: Globalização, Estado-Nação, Cidadania e Movimentos Sociais.

ABSTRACT

Dissertation of de Masters Degree
Program of Masters degree in Latin-Americana Integration
Federal University of Santa Maria

**THE LATEST RELATIONS OF THE STATE-SOCIETY: THE ROLE PLAYED BY
THE SOCIAL MOVEMENTS IN BRAZIL AND ARGENTINA**

AUTHOR: MARIA ERONDINA SILVEIRA DA SILVA

ADVISOR: PROF^a DR^a RITA INÊS PAULI PRIEB

Date e Presentation Place: Santa Maria, August 10, 2007.

Through explanatory analysis, this dissertation works the aspects referring to the autonomy of the State-Nations and the functions played by the social contemporary movements especially in Brazil and Argentina and where up to a certain point these are instruments capable to propitiate citizenship and a participant democracy in addition having the capacity to insert socially some segments that find difficulties to participate in the productive process. For this reason, it is necessary to define social movement as an instrument capable of considering the different individual expectations for an entire group of the population, taking in consideration the differences in gender, age, income, culture and the access if the basic rights, along with others. From the participation of individuals, the advances begin to constitute conquests and no more concessions of the of the power holders. From this point, the relevance of the new social actions as instruments of construction of a experienced citizenship, for being seeds of the conquest and for having as a purpose the capacity of creating social standards that do not exclude individuals but that promote and respect the diversities. Since the latest actions of the State-Nations are in the definition of domestic politics increasingly articulated in a level of regional blocks, local alternatives can represent the creation of new spaces of politics and democratic construction. This way, the civil society can generate through social movements areas of negotiation in which the decisions are formed in favor of the social welfare. That is, not only relegating to the States the monopoly of the decisions.

Key-Words: Social globalization, State-Nation, Citizenship and Social Movements.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 A FORMAÇÃO DE BLOCOS REGIONAIS NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO ...	16
2.1 O atual cenário de globalização.....	17
2.2 Os principais objetivos da formação de Blocos Econômicos.....	21
2.3 A inserção do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) no processo de globalização	23
2.4 A função dos Estados-nações da América Latina na ordem global	25
3 GRUPOS SOCIAIS ORGANIZADOS EM ATUAÇÃO NO BRASIL	28
3.1 A situação da soberania e da cidadania na nova ordem global	28
3.2 Caracterização de Cooperativismo	31
3.3 Principais precursores do cooperativismo	35
3.4 O cooperativismo no Brasil e no Rio Grande do Sul	36
3.5 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	39
4 O DESEMPENHO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA	49
4.1 Caracterização dos Movimentos Sociais	49
4.2 Como estão os movimentos na América Latina	52
4.3 Os Movimentos Sociais no Brasil	55
4.4 Os movimentos sociais na Argentina	59
4.5 Os movimentos sociais organizados contribuindo para melhorar a integração entre o Brasil e a Argentina.....	62
5 CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação propõe-se a fazer um estudo a respeito dos Movimentos Sociais e se esses são capazes de inserir social e economicamente parcelas de indivíduos da sociedade do Brasil e da Argentina, que vivem fora do processo produtivo destes países.

Para tanto, torna-se necessário entender alguns conceitos clássicos como soberania e hegemonia, que serão associadas ao Estado-Nação como centro e poder. Tais modelos, que operam na atual ordem mundial, dominada pela economia capitalista de cunho neoliberal, reduzem os espaços do Estado-Nação, o que os obriga a planejar novos projetos nacionais.

As nações buscam proteger-se formando blocos geopolíticos e celebrando acordos sob o controle de organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, há a busca de novas alternativas de participação em outras áreas de relações sociais, onde são oferecidos parâmetros de atuação compatíveis com os interesses do conjunto da sociedade numa lógica de desenvolvimento capaz de ser sustentável.

Isso evidencia o quanto o capitalismo globalizado pode fragilizar a economia e como as capacidades de resposta à “desordem” iminente são muito diferentes, nos países desenvolvidos e nos países emergentes, sendo que nestes revela-se patente como a própria autonomia, na formulação da política econômica, vai ficando comprometida.

Segundo Dupas (1999), os Estados Nacionais estão em crise, subordinados a metas monetárias rígidas e com pouca flexibilidade para voltar a praticar princípios do antigo Keynesianismo. E, especialmente nos países mais pobres, os governos não têm suficiente orçamento nem estruturas eficazes para garantir a sobrevivência dos novos excluídos.

Deste modo, é inegável que o processo de globalização enfraquece o Estado-Nação, não apenas no que se refere à capacidade de implementar políticas específicas relativas aos mercados, mas também, e, talvez, principalmente, a determinadas capacidades “estruturais” relativas à questão social.

Segundo Navarro (2001, p. 10), a abertura comercial e o acirramento concorrencial derivado da globalização têm significado, de fato, um gradual “encurrallamento” das opções de desenvolvimento social. Como resultado, o poder de manobra dos Estados nacionais, para

erigir programas de desenvolvimento mantendo alguma autonomia própria, tem sido igualmente reduzido com o passar dos anos.”

Segundo Kaufmann (1999), é de se esperar que, se a globalização continuar com o mesmo comportamento, maneiras mais próprias à convivência e mais cooperativas, poderiam vir à luz para exercer os contrapesos, formas que não seriam dominadas por uma lógica de guerra e de conquista, mas animadas por um espírito de solidariedade, de compreensão e de diálogo entre as culturas, trazidas por pesquisas científicas e pelo desenvolvimento, orientadas em direção às necessidades humanas e sociais.

Nesse sentido, a democracia não deve ser apenas um regime político com partidos e eleições livres, deve ser, principalmente, segundo Vieira e Bredariol (1998), uma forma de existência social onde os movimentos sociais, nas suas lutas, transformem os direitos declarados formalmente em direitos reais. “É sempre através do debate político que as questões tornam-se públicas, possibilitando que os cidadãos exerçam a função de crítica e controle sobre o Estado. (...) Estado Democrático é aquele que considera o conflito legítimo” (p.35).

Uma sociedade democrática não cessa de trabalhar suas divisões e diferenças internas, e está sempre aberta à ampliação dos direitos existentes e à criação de novos direitos (Chauí, 1995)¹. Segundo Scherer-Warren (1999, p. 60), “... é necessário lembrar de que a ampliação dos direitos de cidadania relaciona-se com os processos de democratização da sociedade”.

As transformações ocorridas no cenário da participação social recentemente, com a modificação das lutas organizadas em movimentos sociais, e o surgimento ou renascimento de novas lutas sociais, de caráter cívico, como a ação coletiva contra a fome, a luta pela preservação do meio ambiente, apoio aos pequenos produtores rurais levam à necessidade de ampliação do campo de investigações antes circunscritas ao campo social.

Para Kaimowitz (1997), ao tratar de desenvolvimento sustentável na América Latina, os movimentos sociais desempenham um papel importante ao promover o uso de tecnologia simplificada de manejo de recursos naturais, tais como o uso de adubação orgânica, utilização de plantas de cobertura de solo e reciclagem de nutrientes, manejo e conservação de solos, reflorestamento, utilização de inseticidas naturais e biorgânicos. Inclusive, segundo ele, muitos movimentos ressaltam a importância de aprender com os agricultores a resgatar tecnologia autóctone, entretanto, poucos conseguem fazê-lo de forma sistemática.

¹ Citado por Vieira e Bredariol (1998).

Ao analisarem o desenvolvimento na América Latina, Altieri e Maserà (1997), destacam a necessidade urgente de combater a miséria, incentivando um número de movimentos a buscarem novos tipos de desenvolvimento e estratégias de gerência de recursos que, com base na participação local, nas técnicas e recursos, proporcionem a produtividade enquanto conservam os recursos de base.

Duas novas tendências fortalecem o cenário social brasileiro, segundo Gohn (2003): o crescimento dos movimentos sociais e o crescimento das políticas de parcerias implementadas pelo poder público, particularmente ao nível do poder local. Tratam-se das novas orientações voltadas para a desregulamentação do papel do estado na economia e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as “comunidades” organizadas, com a intermediação dos movimentos, em trabalhos de parceria entre o público estatal e não estatal, e a iniciativa privada.

Segundo Graziano (1997), os processos de desenvolvimento em contexto de pobreza requerem projetos que tenham como características básicas a descentralização e a participação das comunidades-alvo, a partir de uma abordagem mais interativa. Todavia, a participação comunitária implica, além de mais tempo e recursos, a mobilização das instituições públicas locais, na organização das próprias comunidades e na concentração de interesses heterogêneos em torno do projeto.

Para Gohn (2003), a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais no Brasil dos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país. Trata-se, na verdade, da reconstrução ou construção de valores democráticos, de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado.

Pensar em desenvolvimento (socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito) é um desafio extremamente complexo, para não falar utópico. Mas, parece que o grande desafio é a questão social, ou mais especificamente, a sustentabilidade neste contexto de globalização. Daí a importância de analisar o papel dos movimentos sociais.

O contexto descrito acima motiva esta pesquisa, que busca responder aos seguintes questionamentos: Estamos frente ao enfraquecimento ou a uma redefinição do papel dos Estados Nacionais? Se for verdadeira esta última afirmação, qual seria, então, o novo papel dos Estados no contexto atual? Será possível tornar os Estados Nacionais em atores de políticas que privilegiem o aumento da soberania dos diversos atores sociais? Ou este depende

basicamente da “democratização” da sociedade, ou mais especificamente dos movimentos sociais? Se depende destes últimos, qual seu papel no desenvolvimento da democratização? Neste contexto, que tipo de democracia pretende-se e/ou de que se necessita? E a cidadania? E ainda, quais os condicionantes da legitimação dos movimentos sociais?

Diante da problemática descrita acima, o problema central deste trabalho é responder ao seguinte questionamento: “Qual o papel desempenhado pelos movimentos sociais no Brasil e na Argentina e em que medida esses são capazes de promover o aumento da cidadania e da integração destes países, sob o ponto de vista social?”

A presente dissertação justifica-se porque as condições atuais são favoráveis para o desenvolvimento de formas alternativas de desenvolvimento de determinadas organizações sociais, considerando, estes, como instrumentos capazes de propiciar cidadania e democracia, além de fortalecer o Estado. Segundo Martins (1996, p. 19), a democracia requer, como condição, a existência de um Estado-Nação soberano, desta forma, segundo ele: “desde que o Estado seja soberano, a origem das mudanças sociais encontra-se em processos internos à sociedade”.

Uma das mudanças importantes dos últimos anos foi o surgimento de instituições, organizações, associações de mulheres, sindicatos, cooperativas, associações comunitárias, organizações de cunho religioso, etc. Tais grupos canalizam os interesses e energias de muitas comunidades, fora do âmbito governamental.

A percepção crescente da necessidade de participação dos movimentos sociais no desenvolvimento do Estado aliada à decepção com o desempenho dos governos e ao reconhecimento de sua capacidade limitada, contribui para a expansão dessas organizações sociais.

Segundo Scherer-Warren (1999, p. 61), atualmente há um conjunto amplo de iniciativas cidadãs, criadas por meio de redes interpessoais e interorganizacionais, que são palco fecundo para a emergência, difusão e consolidação de novos valores. Tais iniciativas envolvem a participação de atores múltiplos (de movimentos), para a realização de metas ou projetos comuns, que se constroem diante de conflitos ou de uma ação solidária. Portanto, as experiências de ações coletivas mais recentes apontam duas inovações principais: uma, quanto ao formato organizacional (parcerias, iniciativas cidadãs, campanhas de solidariedade, etc.); outra, quanto ao conteúdo da ação (sentido da cidadania, justiça social, qualidade de vida, etc.).

Evidentemente que organizações e “movimentos” existem há muito tempo, o que se observa, recentemente, é que o tamanho, a diversidade e a influência aumentaram

significativamente. Tais “movimentos” participam, cada vez mais de atividades relacionadas com o desenvolvimento social, já que o mesmo não pode ser alcançado apenas através da ação do governo ou das forças do mercado. Parece notório afirmar que, num contexto atual, de abertura comercial e de um Estado enfraquecido, um processo de elaboração e implementação de políticas públicas que premiam grupos sociais específicos está cada vez mais comprometido. Na verdade, o que se observa é sim um Estado que premia grupos sociais específicos, que se organizam em *lobyes* e formas neocorporativas.

Segundo Vieira e Bredariol (1998), devido a uma política neoliberal fortemente ancorada no processo de globalização, que elimina direitos sociais, aumentando a exclusão, os movimentos sociais, erguendo a bandeira dos direitos de cidadania, aparecem como uma forma capaz de discutir, viabilizar, implementar e praticar, a nível local, regional e internacional, novas formas de melhoria de vida, baseadas em projetos alternativos de desenvolvimento.

Nesse sentido, segundo os mesmos autores, com a credibilidade cada vez maior junto à sociedade, os movimentos sociais abrem espaços institucionais de participação junto ao Estado, não para desenvolver oposição sistemática, como no passado, mas para a defesa de um novo projeto de sociedade, combinando ações a partir do Estado com outras que nascem e se desenvolvem na sociedade civil.

É muito importante observar que, normalmente, os movimentos sociais conhecem de perto as necessidades e as oportunidades de muitos indivíduos. Em parte por serem questões pontuais, flexíveis e independentes, eles podem também testar projetos inovadores e agir como pioneiros ou elementos catalisadores da ação governamental ou empresarial.

O número crescente dos movimentos sociais na busca do progresso econômico está levando a um modelo mais participativo de desenvolvimento social? O engajamento daqueles com a comunidade tem como consequência programas e projetos mais produtivos e mais humanos pautados na transformação social com base na ação coletiva? Buscando responder tais questionamentos pretende-se, através desta dissertação, analisar a importância da participação dos movimentos sociais para a conquista e emancipação nas diversas esferas, tais como: a social, a econômica e a política, principalmente no que se refere ao papel dos mesmos na integração do Brasil e da Argentina.

O objetivo geral do presente trabalho é procurar investigar a contribuição dos movimentos sociais no Brasil e na Argentina, para promover a integração entre estes países.

Já, os objetivos específicos são:

- a) Identificar os condicionantes da legitimação dos movimentos sociais.

- b) Analisar se os movimentos sociais são capazes de implantar um modelo mais participativo de desenvolvimento social.
- c) Verificar se a inserção dos movimentos sociais com as comunidades envolvidas tem como consequência programas e projetos mais produtivos capazes de induzirem a transformação social com base na ação coletiva.
- d) Identificar os possíveis elementos que restringem os êxitos dos movimentos sociais à promoção da cidadania.

Adota-se, como metodologia de abordagem, o método analítico descritivo. O método de procedimento conta com uma revisão bibliográfica, o que permitirá a cobertura de uma gama de acontecimentos a respeito do assunto. As informações básicas para a análise serão coletadas através da verificação de dados bibliográficos e de documentos que trabalham ou discutem a respeito dos movimentos sociais, considerando-se, principalmente, variáveis relacionadas ao aspecto social.

Além disso, as informações complementares para este estudo foram buscadas junto a pesquisadores, universidades, e demais instituições que tratam ou trabalham com o tema pesquisado. Dessa forma, a abordagem privilegiada no trabalho permite detectar movimentos locais sem perder de vista os vínculos mais abrangentes estabelecidos com os processos extra-locais, tais como as organizações não governamentais, cooperativas, movimento sem-terra, o estado, etc.

A presente dissertação apresentará, no seu segundo capítulo, questões referentes à globalização e à forma como os blocos econômicos estão modificando a conformação geográfica de várias regiões do mundo. Além disso, serão destacados os principais objetivos dessa regionalização e, como o Mercosul está inserido nesse processo, suas implicações para a região, uma vez inserida nessa ordem globalizada. Outro aspecto privilegiado nesse trabalho, é verificar como os Estados latino-americanos estão se estruturando frente a esse novo processo, e por que são reduzidos de forma tão acentuada os espaços dos Estados-nações, e como a função principal, que era de promover o bem-estar social, modifica-se para atender interesses de um mercado globalizado.

No terceiro capítulo, serão analisados, a partir de uma revisão de bibliografia pertinente, como podem desenvolver-se as formas de participação social na atual conjuntura globalizada. Dessa forma, serão conferidas questões referentes à soberania e à cidadania dos indivíduos, destacando a inserção de instituições como: as Cooperativas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), este que é hoje considerado, sem dúvida alguma, o

principal movimento popular do Brasil e que é capaz de causar maior impacto nas pautas de debates do cenário brasileiro. Além disso, será verificada se tais organizações são capazes de viabilizar ou propiciar, por intermédio do aumento da participação cidadã, um processo democrático para os indivíduos que tentam se inserir no processo produtivo.

No quarto capítulo, serão apresentados aspectos que dizem respeito aos movimentos sociais, que encontram um campo fértil de luta pelo combate à violência e injustiças sociais, tentando e empreendendo esforços para inserir socialmente milhões de pessoas que vivem à margem da sociedade civil. Tal fato será verificado na América Latina, particularmente, no Brasil e na Argentina, se esses movimentos são capazes de contribuir para o processo de integração entre os países da região.

Finalmente, após o exame de toda a problemática arrolada nas diferentes partes da dissertação, já em sentido conclusivo, serão descritas as principais conclusões alcançadas.

2 A FORMAÇÃO DE BLOCOS REGIONAIS NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO

Atualmente, são observadas teses, declarando que o processo de globalização é irreversível e que irá se impor em todas as partes do mundo. Realmente, se for analisada a crescente transnacionalização das atividades produtivas, associada à redução do poder dos Estados Nacionais, certamente é factível afirmar que as estruturas econômicas estão realmente passando por significativas mudanças. Estas se traduzem numa crescente concentração de renda em nível mundial e ampliação das formas de exclusão social estando acentuada pelo descompromisso dos Estados em elaborar políticas sociais eficazes que contemplem a maioria da população².

Outro fator, existente atualmente, é um consenso na relação entre o desenvolvimento econômico e a inserção da economia nos circuitos comerciais, financeiros e produtivos internacionais. Assim, o processo de globalização econômica parece ter enterrado, de maneira definitiva, as estratégias autônomas de desenvolvimento, baseadas no estímulo à atividade econômica doméstica. No entanto, a abertura comercial para o exterior seria uma condição suficiente, um pré-requisito indispensável para garantir o desenvolvimento econômico, sustentado em longo prazo.

² O governo brasileiro vem tentando resolver alguns problemas sociais que atingem o segmento mais pobre da população brasileira, desenvolvendo políticas ou projetos que possam incluir tal segmento. Dentre esses, pode-se destacar o Programa Bolsa Família (PBF) que permite a transferência direta de renda com condicionalidades beneficiando famílias mais carentes (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extremamente pobres (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00). O Bolsa Família baseia-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato da pobreza (emergencial), por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, contribuindo para que as famílias possam romper o ciclo da pobreza entre gerações; coordenação de programas complementares, que objetiva o desenvolvimento dessas famílias, de forma que os beneficiários do Programa consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Pode-se citar como exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos. Tal Projeto faz parte do FOME ZERO (mais informações a respeito deste programa podem ser encontradas em: Silva (2001)), que objetiva assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. Para saber mais a respeito desses e outros programas sociais implementados no Brasil, consultar: o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. www.mds.gov.br. Acesso em jul.2007.

É nesse contexto de transnacionalização de capital e dos processos produtivos, que será apresentado o cenário global e as reestruturações que os Estados-nações vêm fazendo para adaptar-se a essa ordem, e as principais conseqüências que ocorrem nas diferentes regiões do mundo, e no cotidiano da maioria da população mundial, que, de uma maneira ou de outra, serão atingidas, ou por que não dizer, contempladas por tal processo. Evidentemente, que não se pretende, aqui, traçar um diagnóstico completo acerca desse processo, mas sim, apontar algumas características, transformações, desafios e sugerir linhas de ação capazes de um melhor aproveitamento das brechas passíveis de aproveitamento no contexto sócio-econômico da nação brasileira e argentina.

2.1 O atual cenário de globalização

Percebe-se que a globalização é um fenômeno verificável nos cinco continentes do mundo, e diz respeito às esferas econômica, política, social e cultural. Ao mesmo tempo pode ser observada em fatos e interpretações que se referem a tudo aquilo que é internacional, multinacional, transnacional e mundial. Conforme Ianni (1995), seus efeitos podem ser sentidos sobre o capitalismo, socialismo, ocidente, oriente, islamismo, cristianismo, modernidade e pós-modernidade. A primeira ordem global de que se tem notícia coincidiu com um progressivo aumento da produtividade (revolução industrial), inaugurando o início do progresso técnico. Sendo assim, resultou em alterações estruturais do processo de internacionalização em praticamente todos os fatores de produção.

No que diz respeito aos aspectos econômicos, a globalização é a expressão das forças de mercado por fim liberadas dos entraves construídos durante muito tempo. Os seguidores da globalização defendem que a liberalização e a desregulamentação sejam seguidas à risca, e que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos em todos os campos da vida social, sem exceção, sendo submetidos à valorização do capital privado (CHESNAIS, 1996).

Segundo Ianni (1995), o capitalismo é capaz de atingir uma escala global, além de possuir características expressas em formas nacionais, bem como, tem o poder de articular regiões e nações dominantes e dependentes, ganhando um perfil mais nítido no caráter global do capitalismo. Evidentemente que a forma como o capitalismo tem se apresentado revela a existência de um processo automatizado do dinheiro e das finanças que transcorre paralelo ao processo de geração de renda pela produção (lucros operacionais e salários), processando-se uma dominância financeira capaz de constituir uma verdadeira financeirização das riquezas

mundiais. As grandes empresas com seu enorme poder financeiro, manipulam o dinheiro tanto na circulação industrial, quanto na circulação financeira que passam a ser domínios altamente conexos.

Certamente que a manifestação mais evidente da globalização é justamente a interdependência dos sistemas financeiros nacionais num contexto de crescente liberalização do movimento de capitais. Dessa maneira, num mercado financeiro global se propagam movimentos especulativos, tanto para a criação de riqueza fictícia (no sentido de ser desproporcional aos movimentos reais da economia), quanto para a sua destruição (BRAGA, 1997).

Percebe-se que a mundialização da economia pressupõe que haja um aprofundamento da interpelação das economias, através das correntes de comércio, bens e serviços, fluxos de capital e inversão direta, em um marco crescente de predomínio das corporações transnacionais no controle dessas operações. Além disso, a dimensão financeira da globalização localiza-se nos mercados financeiros transnacionais, em que o capital especulativo circula eletronicamente (volatilização do capital) em alta velocidade, erodindo progressivamente a capacidade regulatória dos Estados Nacionais. Isso faz com que o processo de globalização do capital seja imensamente facilitado pelos novos sistemas de telecomunicações por satélite, pela microeletrônica e pelas novas tecnologias de processamento de informações.

No que se diz respeito aos aspectos políticos, o maior desafio refere-se à perda de autonomia dos Estados Nacionais, uma vez que há, na globalização, uma concentração significativa do poder econômico, decorrente do poder de decisão, que está concentrado nas mãos de um pequeno grupo de grandes empresas transnacionais, e instituições econômicas mundiais. Os Estados-nações estão em questão, principalmente, no que diz respeito à eficácia de suas políticas econômicas, em virtude da globalização da economia. A soberania desses estaria ameaçada por serem crescentes os problemas enfrentados para controlar de forma eficaz as suas economias. Com o enfraquecimento do poder dos Estados-nações, a crescente transnacionalização da economia não só reorienta, como também, limita o poder de decisão dos governos em praticamente todos os setores da economia, e as injunções externas são decisivas no modo pelo qual o governo adota diretrizes (CHESNAIS, 1996).

No tocante às características da globalização, pode-se destacar a existência da competitividade que ocorre entre as empresas (quanto ao domínio de tecnologias, de capital financeiro, de mercados, de distribuição, etc) de caráter extremamente desigual. Algumas sairão vitoriosas e outras sucumbirão. Muitos setores da economia estão oligopolizados e até

mesmo monopolizados, dificultando o acesso de novos competidores. Desse modo, a noção de livre mercado é relativa e muitos setores da atividade econômica já possuem “dono” que dificilmente permitirão a entrada de novos produtores.

Para fazer parte do processo de globalização os Estados transformam-se e ficam à disposição dos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, etc), para que estes adotem suas políticas econômicas. Em alguns casos, como acontece nos países subdesenvolvidos, há uma entrega de riquezas nacionais para a exploração do grande capital especulativo, ficando um grande número de pessoas à margem do processo produtivo (SANTOS, 2000). Na fase atual da globalização, há um aumento na capacidade das empresas para fragmentar geograficamente os processos produtivos, e isto contribui para o crescimento do comércio e investimentos internacionais.

Percebe-se que a intensificação das relações sociais, políticas e econômicas mundiais não significam uma proposta de união harmônica de povos de todo o mundo, transformando-os numa sociedade global com sentido amplo. A globalização implica, também, no acirramento de contradições e tensões sociais.

As implicações sociais adquirem dimensões globais e seu custo passa a ser considerável para a maioria da população, principalmente para as classes menos favorecidas. Em todo o mundo, a grande maioria é atingida pelas mais diversas formas de fragmentação. Se por um lado, se verifica um maior dinamismo de uma gama de segmentos produtivos, por outro lado, são reforçados os mecanismos que geram polaridade e exclusão social. Observa-se um tipo inédito de marginalidade que assume a forma de exclusão pura e simples de uma grande parcela da população que não tem como se tornar globalizada em nível internacional há um distanciamento dos países periféricos daqueles onde são tomadas importantes decisões. Já, internamente, produz-se uma crescente exclusão social e um verdadeiro retrocesso à efetivação de direitos adquiridos anteriormente (POCHMANN, 2001).

Conforme esse mesmo autor, é possível observar que o centro econômico mundial compôs-se ao longo dos anos por um reduzido grupo de Estados de alto nível de riqueza e renda, além de um grande poder militar, com enorme capacidade para gerar tecnologia, e com uma população com baixo crescimento populacional. Já, a periferia formou-se por um grande número de ex-colônias entre as quais está o Brasil. Esta é composta pelos Estados considerados politicamente independentes, porém com relativo baixo nível de riqueza e renda, com fraco poder militar, pequeno poder de geração de tecnologia e com alto crescimento populacional.

Segundo Chesnais (1996), a globalização política, econômica e social é realizada na medida em que os Estados do centro do sistema concentram, cada vez mais, poder e riqueza, ao passo que a periferia fica cada vez mais sujeita à interferência política e econômica dos países dominantes. Tal dominância é efetuada através da globalização de informações e de culturas, promovida pela concentração de poder de gerar imagens, ideologias e visões de mundo nos países considerados do centro, e da difusão de idéias veiculadas pelas grandes empresas de informação e propaganda, que são capazes de produzir uma indiferença política e cultural das populações periféricas.

Dentre os principais problemas causados pela globalização, pode-se citar o desemprego que se manifesta através da desregulamentação da força de trabalho e no achatamento de salários. O aumento do desemprego, principalmente, se torna extremamente perverso, porquanto ao invés de traduzir a busca de igualdade, retrata a globalização da indiferença, na exclusão social. Os elevados níveis de desemprego são observados na maioria dos países do mundo, trazendo conseqüências mais graves para os países pobres ou em desenvolvimento. As altas taxas de desemprego também são provocadas por problemas estruturais, e não decorrem apenas de flutuações temporárias do ciclo econômico, provêm, principalmente, de determinações constitutivas da ordem econômica contemporânea (IANNI, 1997).

Além disso, o uso indiscriminado de tecnologias é capaz de provocar transformações em vários setores da economia, ameaçando muitos postos de trabalho, principalmente, em tempos de crise. O objetivo da introdução de novas tecnologias é a elevação da produtividade, entretanto, reduz o trabalho humano incorporado à produção.

A evolução do conhecimento científico e tecnológico, ao mesmo tempo em que traz facilidades à vida de muitas pessoas e empresas e, do ponto de vista econômico, benefícios em matéria de oferta, acarreta também a dispensa de muitos trabalhadores do mercado de trabalho. A nova dinâmica econômica transforma a base produtiva e, conseqüentemente, reconfigura o próprio mercado de trabalho, comprometendo o trabalhador assalariado e incrementando o setor informal da economia (VIEIRA, 2000).

Outro problema decorrente da globalização econômica é a flexibilização dos contratos de trabalho. O aumento de políticas neoliberais tem por objetivo atacar o desemprego apenas com medidas direcionadas ao interior do mercado de trabalho. Tais medidas são focalizadas na oferta de mão-de-obra, que objetivam desvalorizar o custo de contratação, desregulamentando o mercado formal de emprego e flexibilizando as normas de relacionamento entre capital e trabalho. Os governos, diante do quadro do desemprego e sob o

manto da busca de soluções, levam o Estado a flexibilizar suas leis, tirando de sua responsabilidade o controle das relações trabalhistas (THÉRET et al, 1998).

A flexibilização da força de trabalho pode ser verificada a partir do mercado formal, onde existe uma grande facilidade de contratar e dispensar mão-de-obra que pode variar de acordo com o ritmo da produção e das vendas. Desta maneira, a flexibilização da jornada de trabalho pode ser utilizada por muitos empresários como uma forma de reduzir os custos com trabalho e capital.

Segundo Quijano (2002), os vários protestos populares contra a falta de emprego formal, com salários dignos, e a reivindicação de uma melhor distribuição de rendas, de bens e serviços mais equitativos, os protestos contra a eliminação dos direitos legais dos trabalhadores na negociação das condições de venda da sua força de trabalho estão direcionadas todas para o Estado. Por isso mesmo, enquanto não forem colocadas em prática outras opções mais eficazes, alternativas concretas, é o Estado que continua a ser, no sistema capitalista, não apenas um instrumento dos dominadores e dos exploradores, como também a arena de lutas sociais pelos limites, as condições e as modalidades de dominação e exploração. Possivelmente, no quadro institucional do Estado, esse horizonte não seja ultrapassado. Além disso, mesmo nas mais avançadas democracias do mundo contemporâneo capitalista não existe mais do que a mediação e negociação de tais conflitos.

2.2 Os principais objetivos da formação de Blocos Econômicos

A relação de reunião entre os países é uma realidade resultante de um sistema político que o impõe, e parte de interesses econômicos, tendendo a chegar a uma integração ao mesmo tempo, nos setores político, cultural e social. Apesar disso, inicialmente a interação dá-se basicamente na área comercial.

Diversamente da globalização que se referencia em fluxos de capitais e mercadorias, a regionalização³ baseia-se na criação de mercados transnacionais, a partir da criação de blocos geoeconômicos que agrupam um conjunto de países. Este processo fundamenta-se em

³ A regionalização é um acontecimento recente cujos ideais, no entanto, estiveram presentes ao longo do processo de formação e consolidação dos Estados nacionais latino-americanos e, de modo especial aos países formadores da Bacia do Prata que atualmente compõem o Mercosul, apesar das disparidades geográficas, econômicas, políticas e culturais existentes entre os países. É na busca de uma melhor compreensão desse processo, a partir das concepções de integração que esse estudo se insere.

medidas comerciais de abertura de mercados e remoção de barreiras alfandegárias reguladas por acordos pactuantes entre Estados.

De acordo com Rapoport (2006), a regionalização deve trazer consigo uma estratégia que conteste os fatores e as tendências negativas da globalização o que permitiria o fortalecimento da capacidade de regulação entre os Estados participantes, constituindo-se em um poderoso instrumento de negociação com o resto do mundo, por intermédio do qual, o processo de integração, colocado em prática nas diferentes regiões, cumprirá com os objetivos traçados por seus idealizadores e com as aspirações dos povos que habitam tais regiões, indo além de uma integração meramente econômica.

Como a nova ordem econômica mundial estimulou o aparecimento de novas teorias explicativas do comércio internacional, modelos baseados em conceitos como concorrência monopolística e aproveitamento de economias de escalas, puderam responder as novas motivações dos fluxos reais, sobretudo àqueles referentes ao comércio intra-indústria e entre países com dotação semelhante de recursos.

Assim, em especial a partir dos anos 90, prolifera a criação de blocos regionais, reforçando os laços de intercâmbio entre os países de estrutura produtiva semelhantes por um lado, estimulando economias de escalas e, por outro, incentivando o desenvolvimento⁴ do progresso técnico.

Os novos atores que operam na atual esfera econômica são definidos e conduzidos por uma economia predominantemente liberal que atende interesses meramente mercadológicos, conseqüentemente, com isso, vêm diminuindo drasticamente as funções ou poder dos Estados-nação, obrigando-os a pensarem e ou, reformularem seus novos papéis. E o fazem para que consigam adaptar-se a essa realidade. Realizam uniões em blocos regionais para se protegerem, formando acordos que lhes permitam inserirem-se competitivamente no mercado internacional. Esse cenário demonstra como a economia globalizada⁵ fragiliza as Nações e

⁴ Com relação ao desenvolvimento, Rapoport (2006), salienta que este surgiu no pós-guerra, uma vez que a perspectiva de desenvolvimento nesse período era discutida por várias concorrentes de pensamentos tanto liberais, quanto marxistas. Desse modo, seguiram-se muitas discussões acerca dos possíveis caminhos a seguir para alcançar o objetivo de tal desenvolvimento. Para Bernal-Meza (2000), esse deve ser a base para as relações internacionais dos países subdesenvolvidos e sua estratégia de inserção mundial deve possuir como projeto modificar a posição de atraso econômico. Nesse sentido, as estratégias de integração devem figurar como instrumentos capazes de modificar as condições de inserção no cenário internacional.

⁵ Essa tem, hoje, uma característica importante que é a facilidade de comunicação, permitindo a ligação e a intercomunicação entre todos os países do mundo, o que viabiliza a transmissão e transferência de informações e movimentações do capital financeiro, prioritariamente, o especulativo. Além disso, a desregulamentação das economias nacionais permite a abertura dessas ao mercado internacional, levando a uma desnacionalização de riquezas, o que se traduz na privatização de muitas empresas nacionais e a introdução de capital internacional (IANNI, 1995).

também instabiliza o mercado mundial prioritariamente, daquelas em desenvolvimento ou emergentes, como o Brasil, e os demais países integrantes do Mercosul.

Há um amplo processo visando novos mercados, em busca de lucros capazes de dinamizar as forças produtivas, e está em marcha uma contínua concentração e centralização do capital. Este é o contexto em que se formam e se desenvolvem as atividades econômicas lucrativas, organizadas em moldes competitivos e monopolísticos, nacionais ou internacionais. Assim, o modo de produção capitalista pode ser visto como um todo complexo, contraditório e dinâmico, e está sempre em movimento no sentido de que se transforma e se expande, entra em crise e retoma a sua expansão. Esta dinâmica é comandada pelo capital, pelos que detêm a propriedade e a movimentação do dinheiro em âmbito nacional e mundial. Nesse sentido, a globalização do capitalismo pode ser vista como produto e condição do capital em geral, no qual se generalizam e se multiplicam todas as outras formas de capital.

2.3 A inserção do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) no processo de globalização

Seguindo uma tendência mundial e objetivando inserir-se competitivamente no mercado globalizado, foi criado o Mercosul na América Latina. Fizeram parte deste acordo, inicialmente o Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e, mais recentemente, têm como associados e observadores a Bolívia e o Chile.

Conforme salienta Pozzoli (2003), a união entre os países da América Latina deu-se principalmente, por haver uma identidade⁶ entre as nações da região, uma vez que a maioria delas apresentava elevado grau de coincidência entre Estado e nacionalidade. Conforme ele, os Estados tiveram uma função central na formação do que hoje é identificado, de certa forma, como nacionalidade ou povo latino-americano.

O Mercosul surgiu a partir do acordo do Protocolo de Ouro Preto, firmado em 26 de março de 1991 e dispõe sobre os princípios e objetivos que devem reger o processo de integração do Mercado Comum entre os Estados-Parte, Ventura (1996). Neste, foi assinada uma carta de intenção que pretendia, inicialmente, eliminar barreiras tarifárias capazes de trazer facilidades de negociação de produtos e/ou serviços aos países membros. Propunha,

⁶ A existência de uma identidade nacional foi originada de um processo desenvolvido ao longo do tempo. Conforme Ventura (1996), as pessoas prestaram atenção às próprias linhas de identidade, com o objetivo de não dispersar aqueles elementos indicativos da realidade econômica, social, política, cultural, geográfica e étnica de cada país.

também, uma série de acordos comerciais que beneficiasse seus integrantes, além de criar políticas setoriais comuns, que permitissem aumentar sua competitividade no cenário internacional.

Entretanto, os acordos bilaterais, firmados entre seus componentes, não previam, pelo menos no curto prazo, modificações significativas em determinadas áreas econômicas e sociais, como melhorias de infra-estrutura e melhor distribuição de renda, o que poderia significar modificações das condições de vida da população, ou seja, elevar o grau de desenvolvimento⁷ econômico para esses países.

A decisão de integração entre os países deve primar pela ampliação do mercado comum, mobilizando recursos e fortalecendo a posição relativa do conjunto, no cenário internacional, entretanto, isso implica em que os países membros compartilhem uma visão do cenário global e um projeto comunitário de inserção internacional.

Segundo Cassiolato (2000), as novas ações dos Estados Nacionais estão na definição de políticas domésticas que o Mercosul desenvolve e, prioritariamente, econômica, de seus membros (principalmente o Brasil e a Argentina). Assim, será imprescindível avaliar os rumos que este bloco seguirá, particularmente na condução das políticas econômicas, uma vez que estas podem orientar-se na direção das necessidades sociais e humanas, possibilitando à população desenvolvimento equilibrado, socialmente justo, economicamente viável e culturalmente aceito, e que sejam crescentemente articuladas em nível de blocos regionais.

Conforme Bernal-Meza (2000), a integração na América Latina deve orientar o desenvolvimento de forma ativa, por intermédio da adoção de uma política industrial regional acordada entre todas as partes, que seja capaz de contemplar a especialização planejada para o novo desenvolvimento industrial, tanto para o setor privado, quanto pelo setor público, uma vez que as iniciativas de integração devem objetivar a adoção de políticas industriais regionais e medidas de harmonização industrial e políticas sociais estabelecendo uma agenda de desenvolvimento regional, pois se cada país adotar políticas e posicionamentos diferenciados, haverá o risco de tais divergências trazerem implicações para todo o bloco, o que poderia resultar na redução das fronteiras de integração e, com isso, levar a um atraso na elaboração de um projeto de desenvolvimento para toda a região.

⁷ O desenvolvimento econômico implica obrigatoriamente, desenvolvimento de infra-estrutura (transporte, energia e comunicações), a expansão qualitativa e quantitativa da capacidade de produção dos países na agricultura e na indústria, o aumento dos serviços e a melhoria das condições de inserção e interação com a economia internacional.

No contexto da regionalização dois dos maiores desafios que se apresentam são a questão social e a sustentabilidade. Por isso, não é conveniente haver concorrência predatória entre seus membros. Entretanto, é imprescindível que a integração contribua para a adoção de um plano de desenvolvimento abrangente que oriente seus membros para objetivos comuns decididos de forma democrática pelos Estados e pelas sociedades.

Muitos elaboradores das políticas econômicas dos países latinos acreditam, segundo Ferrer (1998), que basta nivelar o jogo entre os agentes econômicos nacionais e estrangeiros, reduzir os custos de transação, desregular e dar transparência ao mercado e ao sistema financeiro, manter o equilíbrio fiscal e a estabilidade dos preços, abrir a economia, realizar extensas privatizações e reduzir ao mínimo o papel do Estado. Apesar disso, muitas dessas ações são indispensáveis para o bom funcionamento dos mercados, mas não bastam para remover os obstáculos fundamentais ao desenvolvimento Latino Americano e, começar um crescimento sustentável de longo prazo.

Torna-se fundamental que o Mercosul possua governos sérios e respeitáveis, pois a globalização requer credibilidade das instituições dessas nações, porém sem abdicar das identidades e peculiaridades de cada país, sendo que estes precisam estar inseridos na economia mundial de maneira competitiva e integrada.

Ademais, a representatividade social merece estar presente democraticamente (principalmente nas sociedades mais complexas), de forma que não haja “controle” por parte do Estado sobre as decisões que poderiam ser tomadas pela totalidade da sociedade. Ao considerar que as alternativas locais, ou projetos nacionais representam a criação de novos espaços de politização e construção democrática, a sociedade civil pode gerar arenas de concertação e negociação, nas quais as decisões tomadas sejam em prol do bem-estar social, ou seja, não apenas relegando aos Estados o monopólio das decisões.

2.4 A função dos Estados-nações da América Latina na ordem global

A soberania dos Estados periféricos é muito limitada, quando não é quase nula. A dinâmica das relações que constituem a globalização reduz os espaços da soberania, inclusive para as nações desenvolvidas. No âmbito mundial, coloca-se a questão da hegemonia, onde os Estados-nações mais fortes monopolizam técnicas de poder e impõem diretrizes aos outros.

Segundo Dupas (1999), os Estados Nacionais estão sofrendo algumas reformulações, dado ao fato de que estão subordinados a metas monetárias rígidas e com pouco espaço para

praticar os princípios do keynesianismo, especialmente nos países mais pobres, onde os governos não têm recursos necessários nem estruturas eficientes para garantir a sobrevivência de comunidades excluídas.

A prioridade para a qual o Estado foi “inventado” que era o bem-estar social, nas últimas décadas, entretanto, se modificou, principalmente, no sentido de adaptar as economias nacionais às novas exigências do mercado internacional. Para Ianni (1995), o Estado está se tornando um elo de ligação da economia mundial à economia nacional. Desta maneira, interpretar o mundo atual é um verdadeiro desafio, pois implica na difícil tarefa de compreender as múltiplas transformações ocorridas e as suas influências no campo social além, obviamente, do econômico.

Evidentemente que o processo de globalização é capaz de minimizar ou modificar as funções do Estado-Nação, não apenas no que diz respeito à capacidade de implementar políticas específicas, como também, e, talvez, principalmente, a determinadas capacidades “estruturais” que se referem às questões sociais.

Além disso, privilegiar a democratização do Estado em relação à democratização do mercado, mais do que uma inspiração ideológica é resultante de uma constatação pragmática. Significa que o Estado continua oferecendo uma contribuição ao sistema capitalista, que é, por sua vez, única, necessária e indispensável. Sobre essas características (GUIMARÃES, 2001), salienta que é *única*, uma vez que transcende a lógica do mercado mediante a salvaguarda de valores e práticas de justiça social e igualdade, capaz de incorporar a defesa dos direitos difusos da cidadania; é necessária, porque a lógica da acumulação capitalista exige a oferta de bens comuns, que não são possíveis de ser produzidos por atores competitivos no mercado; *indispensável*, dado que é dirigido às gerações futuras e trata de aspectos e processos caracterizados, tanto por seres não-substituíveis como pela impossibilidade de sua incorporação crematística ao mercado.

Conforme salienta Kaufmann (1999):

é de se esperar que se o processo de globalização continuar com esse comportamento, formas mais adequadas à convivência poderiam surgir para contrabalançar, maneiras que não seriam dominadas por uma lógica apenas de mercado, porém, embasadas por um espírito de solidariedade, de compreensão e de diálogo entre as culturas e regionalismos trazidas por pesquisas científicas e pelo desenvolvimento, orientadas prioritariamente, em direção às necessidades humanas e sociais.

Desse modo, para Dupas (1999, p. 198), um novo ciclo de desenvolvimento e crescimento politicamente suportado exigirá uma profunda reflexão sobre a natureza das novas relações entre o Estado, a sociedade civil e o setor privado, além da disposição dessas sociedades em escolher prioridades que poderão, por vezes, entrar em conflito com o primado absoluto do mercado econômico. Não se trata, porém, de reduzir radicalmente o papel do Estado, mas sim, transformá-lo, fortalecendo-o para novas funções. Com isso, percebe-se que a globalização está a requerer governos fortes e ativos, e não meros espectadores das forças de mercado.

3 GRUPOS SOCIAIS ORGANIZADOS EM ATUAÇÃO NO BRASIL

No presente capítulo, propõe-se a busca de elementos explicativos capazes de permitir um avanço nas reflexões acerca dos “espaços” permissíveis de desenvolvimento de formas de participação social na atual conjuntura globalizada, onde serão conferidas questões referentes à soberania e à cidadania dos indivíduos, destacando a inserção de instituições como: as Cooperativas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este que é, hoje, considerado, sem dúvida alguma, o principal movimento popular brasileiro e que é capaz de causar maior impacto nas pautas de debates do cenário no Brasil. Além disso, será verificado ainda se tais organizações permitem por intermédio do aumento da participação cidadã, um processo democrático para os indivíduos que vivem nesses países.

3.1 A situação da soberania e da cidadania na nova ordem global

De acordo com Gohn (2003), atualmente são criadas arenas de negociações formatadas pelo poder público, e resultantes de novas políticas sociais. Neste cenário, são estruturados processos e canais de participação, onde são efetivadas conquistas do movimento social progressista e articulador de interesses dos excluídos da sociedade civil; entretanto, junto com os novos, estruturam-se também grupos que defendem demandas particularistas que buscam atuar como co-partícipes das ações estatais.

A consolidação da cidadania, que é caracterizada pelo reconhecimento e implantação dos direitos sociais e políticos dos indivíduos, é agravada pela modificação das funções para as quais o Estado foi proposto. O desprestígio e a burocratização do sistema partidário, o agravamento dos conflitos sociais obriga alguns grupos a tentar desenvolver novas alternativas de participação, implementando novas áreas de relações sociais. O âmbito da participação cidadã é mais amplo que sua relação com o Estado, procurando-se fazer com que se estenda ao mercado, ao qual são oferecidos parâmetros de atuação compatíveis com os interesses do conjunto da sociedade (TEIXEIRA, 2001).

De acordo com a atual conjuntura sócio-econômica, a cidadania surge como uma nova forma de definição da idéia de direitos, onde o cidadão passa a ter direito de ter direitos. A

“nova” cidadania, como definem Vieira e Bredariol (1998), não deseja apenas uma forma de integração social que, por hora, torna-se indispensável para a manutenção do capitalismo. Ela ambiciona, também, a constituição de sujeitos sociais ativos que sejam capazes de definir quais são os seus direitos. Segundo eles, a nova cidadania exige uma nova sociedade:

... onde é necessária uma maior igualdade nas relações sociais, novas regras de convivência social e um novo sentido de responsabilidade pública, onde os cidadãos são reconhecidos como sujeitos de interesses válidos, de aspirações pertinentes e direitos legítimos. Esse conceito de cidadania enterra o autoritarismo social e organiza um projeto democrático de transformação social, que afirma um nexo constitutivo entre as dimensões de cultura e da política (p. 31).

Atualmente, os indivíduos estão, cada vez mais, mergulhados na turbulência da incerteza, do medo, da perplexidade, o que os impulsiona a procurarem soluções alternativas para o percurso da existência nos novos paradigmas sociais da cultura contemporânea. Para que isso ocorra, cada vez mais o homem é obrigado a abdicar da rigidez das idéias, atitudes e tipos de comportamentos fundamentados no sistema e modelos tradicionais, buscando respostas nos valores de uma “modernidade reflexiva” que em muitos aspectos, ainda estão para ser formulados ou “inventados” (GIDDENS, 1996). Hoje, já é factível a existência da consciência de que “... as oportunidades e ameaças... devem ser cada vez mais percebidas, interpretadas e resolvidas pelos próprios indivíduos...” (BECK et all, 1997, p. 18).

A cidadania vem ocupando lugar central na busca de um novo paradigma que deverá superar as limitações do Estado tecnocrático e liberal. A ampliação dessa exige mudanças intelectuais, e, para tal, se faz necessária a inclusão das relações no interior da sociedade civil. Essas são responsáveis pelas transformações das práticas sociais; pelo aprendizado social e pela construção de novas formas de relação, a criação de sujeitos sociais ativos.

Entretanto, cabe ressaltar que a globalização do mercado mundial não deve significar a perda de um projeto para o país, ou um projeto local, uma vez que questões estruturais não são alcançáveis apenas pela ação local. As resoluções de problemas locais representam, assim, não a substituição de um projeto mais amplo, mas a criação de novos espaços de politização e construção democrática, incentivando a construção da “dimensão pública” na sociedade civil. Segundo Sposati (1997, p. 47), “... enquanto a sociedade não incorporar como intrínseco à sua dignidade, padrões básicos de cidadania, dificilmente um enunciado trará mudanças e direitos efetivos à população”.

A atual crise de legitimidade do Estado revela, no fundo, segundo Vieira e Bredariol (1998, p. 32), “ a crise representativa parlamentar clássica onde os cidadãos não reconhecem mais nas instituições que, por definição foram por eles criadas (...). Somente a participação da cidadania nos moldes de uma democracia associativa⁸ pode contrapor-se às características negativas do modelo representativo”.

A busca de uma democracia participativa exige o aperfeiçoamento das capacidades de comando e, principalmente, a redefinição das relações com a sociedade civil mediante a criação e articulação de canais ou arenas de negociação entre a sociedade e o Estado, pois a existência de tais canais junto aos diversos órgãos do Estado possibilitará a institucionalização da participação da cidadania nas várias decisões governamentais. Percebe-se, segundo Vieira e Bredariol (1998), que “os espaços públicos não-estatais são arenas de negociação entre as instituições políticas e as demandas coletivas, interligando as funções do governo e a representação de conflitos” (p. 36).

As intermediações entre o Estado e a sociedade requerem, simultaneamente, os mecanismos de representação e participação de ambos, onde são necessários para a existência da democracia nas sociedades complexas o controle do Estado pela sociedade, devendo ser exercido de forma democrática, expressando a vontade política dos cidadãos e não apenas o interesse do mercado.

Atualmente, o poder coletivo das pessoas é imprescindível para planejar o futuro, e a necessidade de exercê-lo é mais imperiosa. O principal desafio desta geração é mobilizar tal poder para tornar a vida mais democrática, mais segura e sustentável. O mundo necessita de uma nova visão capaz de estimular todas as pessoas a atingir níveis mais altos de cooperação nas diversas áreas da sociedade, embora não compartilhem os mesmos interesses.

É nesse contexto, e objetivando uma maior compreensão do desenvolvimento e a implementação da cidadania de forma democrática, no intuito de não incorrer no risco de uma reflexão precária, que serão abordados, a seguir, alguns aspectos acerca do desenvolvimento do cooperativismo no Brasil.

⁸ A implantação de um modelo de sociedade com fundamentos associativos deve possuir características que sejam intrínsecas ao seu pleno desenvolvimento, como por exemplo: propriedade da unidade cooperativa e repartição cooperativa. A primeira significa a associação de pessoas e de capital, onde a propriedade é auferida pelos associados da cooperativa, independentes da contribuição de cada um para a constituição da sociedade. A segunda, a gestão cooperativa, implica em que o poder de decisão é competência exclusiva da assembléia dos associados. A terceira, a repartição cooperativa implica na divisão das sobras financeiras ao fim de um ano de trabalho, e isto é feito de maneira diferente daquela que ocorre numa empresa tipicamente capitalista. Ou seja, a distribuição é feita de acordo com a participação do associado na efetuação de cada atividade cooperativa (SINGER, 2002).

3.2 Caracterização de Cooperativismo

O enfoque, a respeito do sistema cooperativo⁹, é considerado relevante devido prioritariamente, ao fato de que esse modelo vem sendo incentivado com o apoio de setores públicos e privados e, também, porque pode representar uma alternativa de socialização e ocupação cidadã, acreditando que esse seja um instrumento eficiente, capaz de inserir socialmente determinados setores da sociedade que vivem à margem do processo produtivo.

Com a expansão do capitalismo em fins do século XVIII e início do século XIX, principalmente na Inglaterra e na França, onde as condições dos trabalhadores eram muito precárias, os produtores buscavam desenvolver formas de resistência à exploração do modelo capitalista. Por um lado, as lutas dos operários eram realizadas principalmente através de protestos, greves e quebras de máquinas, por outro, organizavam-se através de formas cooperativas e baseados nas idéias dos socialistas utópicos¹⁰, procuravam praticar a gestão coletiva dos meios de produção e a eliminação do lucro de diferentes formas.

O cooperativismo pode ser colocado como “fruto do movimento operário” (RIOS, 1988, p. 13). Surgindo no século XIX, ele é considerado como a doutrina que propõe a organização da produção em instituições que têm como finalidade principal o desenvolvimento do bem-estar de seus associados. Os ideais dos sistemas cooperativos estão baseados em princípios como, por exemplo, de que a propriedade dos meios de produção seja de todos os associados e, a gestão coletiva e os seus resultados devem ser utilizados para propiciar bem-estar para os seus cooperativados.

Partindo-se dos princípios cooperativistas pode-se comprovar que as cooperativas são empresas diferentes, exatamente por apresentarem duas dimensões: a econômica e a social. A primeira, visa assegurar aos seus associados os meios adequados de subsistência e de trabalho, conforme critérios da melhor eficiência e racionalidade possíveis, assegurando-lhes autonomia e segurança. Já, a segunda, conforme Barreto (1982), objetiva assegurar a seus associados sua condição de sujeitos de todo o processo, exigindo sua plena participação decisória na empresa como condição necessária para poderem ser os usuários dos bens e serviços existentes na sociedade.

⁹ De acordo com o princípio da participação, do controle e da gestão democrática das entidades cooperativas a cada associado é permitido um voto (indiferentemente de seu grau de escolaridade, riqueza ou poder) e o princípio do retorno das sobras líquidas aos associados, nas proporções das operações ocorridas, objetiva compensar o esforço do trabalho de cada associado, e não a remuneração do capital, como normalmente ocorre na forma capitalista.

¹⁰ Entre os socialistas utópicos que mais se destacaram pode-se citar: Saint-Simon, Charles Fourier, Ferdinand Lasalle e Robert Owen, Singer (1997).

O objetivo da cooperativa é a promoção dos seus associados. Para o produtor rural, por exemplo, ela representa um instrumento privilegiado de participação social, visto que propicia ao agricultor a possibilidade de organização e promoção em triplo sentido: no sentido da participação econômica, integra-o em uma empresa, onde os donos são os próprios associados, que possuirão amplas possibilidades de modernizar as suas unidades produtivas, racionalizando a produção, facilitando a aquisição, em comum, de insumos, ofertando a assistência técnica, creditícia, social e, principalmente, estabelecendo sua orientação para os mercados em condições compensadoras para o produtor e estimulando a economia rural como um todo; no sentido da participação social, estabelece, pela própria natureza da participação cooperativa, meios de comunicação entre os associados com sua organização, em uma forma organizada de controle dos associados sobre os negócios da sua cooperativa no sentido do poder, aos agricultores, enquanto grupo organizado, alcançar melhores condições de defesa de seus interesses (SCHNEIDER, 1982).

Conforme ressalta Schweinberger (1982), as organizações econômicas dos produtores rurais, fundamentalmente através das cooperativas, podem propiciar desenvolvimento na medida em que viabilizam o aumento do poder de barganha dos mesmos, garantindo uma elevação real da renda líquida, bem como a rápida e racional difusão da modernização agrícola capaz de incrementar a produtividade e a produção. Desse modo, a especialização da agricultura dentro dos sistemas econômicos desenvolvidos, significa que atividades que antes eram realizadas na própria unidade produtiva rural passassem a ser realizadas, progressivamente, em outros setores, como o setor da indústria de insumos e bens de capital agrícolas, como no setor de transformação da produção rural, dando origem aos complexos agroindustriais.

O desenvolvimento das instituições que se tem, atualmente, de forma cooperativa teve início no século XIX, período no qual foram criadas, na Inglaterra, as cooperativas de consumo¹¹ e, posteriormente, no início do século XX, quando surgiram as cooperativas de produção nos EUA e as cooperativas de crédito na Alemanha. Os dogmas do cooperativismo iniciaram como uma forma de defesa do indivíduo, contra os excessos de individualismo

¹¹ As primeiras modalidades de cooperativas de que se tem notícia foram desenvolvidas por operários e tecelões ingleses, muitos dos quais estavam desempregados; após várias reuniões, onde foram discutidas as difíceis situações em que viviam, foi proposto um modelo capaz de resolver problemas de ordem social e econômica comum à maioria deles. Inicialmente, de forma lenta e modesta, começou com a abertura de um simples armazém de fornecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade, o que se transformaria em pouco tempo na cooperativa molde e matriz de todas as cooperativas espalhadas em muitos outros países.

ocorridos em economias de livre mercado, tornando-se uma defesa contra os abusos do poder público e da prática liberal, então, existente (HUGON, 1976).

Atualmente, o cooperativismo existe na maioria dos países, independentemente do sistema ou forma de governo em que se desenvolvam, quaisquer que sejam os tipos particulares de sua organização e de suas aplicações. A prática desse sistema apresenta-se sempre como uma organização social de defesa e valorização do indivíduo, ao mesmo tempo em que é capaz de promover o desenvolvimento de alguns setores como agricultura, serviços, crédito, consumo e trabalho, entre outros.

O modelo cooperativo¹² propôs alguns aspectos doutrinários, entre os quais pode-se destacar o princípio da autonomia. Isto significa que os associados dependem o mínimo possível do paternalismo e intervencionismo do Estado ou das classes dominantes.

Para Pinho (1991), a doutrina cooperativa, inicialmente, foi proposta para corrigir as distorções sociais provocadas pelo liberalismo econômico, além de prestar serviços. Em ambos os casos, tanto no século XIX, quanto no século XX, a forma de conseguir seu objetivo fundamental é representada pela reunião dos associados de forma cooperativa.

Na sociedade cooperativa, as sobras líquidas representam o montante bruto arrecadado, descontada todas as despesas administrativas. Isto representa um valor que tem origem no trabalho direto de cada associado, e este tem um retorno de seu trabalho utilizando a cooperativa como instrumento capaz de lhe oferecer esse ganho.

De acordo com Maia (1985), a cooperação objetiva, prioritariamente, a liberdade de todos os membros trabalharem em sistema comunitário. Dessa maneira, a cooperação tem duas condições imprescindíveis: liberdade e comunidade. Tal fato propicia trabalho livre e em grupo. Dessa maneira, a cooperativa pode ser compreendida como uma associação e como uma empresa, que é baseada nos princípios da cooperação. Caracteriza-se, também, como associação, porque constitui a reunião de pessoas que trabalham unidas, livremente e possuem os mesmos objetivos em comum¹³. Empresa, porque representa a reunião de todos os fatores

¹² O cooperativismo resultou da criação de um modelo associativista com as seguintes características: propriedade cooperativa, gestão cooperativa e repartição cooperativa. A primeira representa a associação de pessoas e de capital, e a propriedade é auferida pelos associados da cooperativa, independente da contribuição de cada um para a formação da sociedade. A segunda, a gestão cooperativa, implica em que o poder de decisão é competência exclusiva da assembléia dos associados. A terceira, a repartição cooperativa, implica em que a divisão das sobras financeiras no final de um ano de trabalho seja feita de maneira diferente daquela que ocorre numa empresa tipicamente capitalista. Isto é, a distribuição é feita conforme a participação do associado na realização de cada atividade cooperativa.

¹³ A finalidade básica de uma cooperativa consiste em prestar serviços a seus próprios associados e familiares, os quais são, ao mesmo tempo, proprietários e usuários, e suas atividades constituem-se numa parte das atividades totais da empresa individual de cada associado. Existe, portanto, uma ligação direta entre as necessidades de cada associado, de um lado, e as operações da cooperativa, de outro lado.

de produção: trabalho, capital e terra, podendo ser destacadas duas dimensões que caracterizam a cooperativa: uma econômica e outra social. Caso não possua uma dessas características, não poderá ser definida como uma cooperativa.

A adesão dos indivíduos a uma cooperativa deve ser feita de forma voluntária, possuindo um número limitado de associados. É necessário haver uma variabilidade do capital social, com uma restrição do número de quotas partes do capital para cada associado, que são intransferíveis. Há singularidade de voto, devendo existir uma quantidade suficiente de associados para instalação e funcionamento de assembléia geral, baseada no número de sócios¹⁴ e não no capital.

O sistema cooperativo alcança o seu ideal na medida em que os seus associados atinjam a autogestão¹⁵, quer dizer, na medida em que o trabalho começa a assumir a hegemonia sobre o capital. Este sistema traz consigo uma significativa superação do modo de produção e da forma de pensar capitalista, pois, apesar de não abolir a propriedade privada do capital e de permitir uma remuneração adequada ao esforço de poupar da sociedade, propicia total autonomia ao trabalhador para usar o capital a favor da melhoria social destes.

As cooperativas constituem-se num tipo de empreendimento onde o fator “serviço” substitui o lucro, em que o grupo de associados substitui o intermediário para a compra ou venda de seus bens e serviços. O desenvolvimento do cooperativismo é capaz de possibilitar a formação de alternativas próprias de organização, onde a autogestão funcionaria como um fator dinamizador desse processo. Por meio da prática cooperativa, pode-se desenvolver uma conscientização da importância dos valores culturais, os quais são uma consequência do processo participativo. Ideologicamente, esta cultura pode expandir-se e servir como meio capaz de transformar uma realidade adversa para uma situação desejada nos seus mais diversos aspectos (BENECKE, 1980).

Os princípios cooperativos apresentam uma flexibilidade necessária para se adequar às peculiaridades sócio-culturais econômicas de cada povo e região. Porém, no essencial, as

¹⁴ Haverá um retorno dos recursos proporcionais às operações realizadas por cada associado, não havendo divisão do fundo de reserva e do Fundo de Assistência Educacional e Social (FATES). É prestada assistência aos associados e empregados da cooperativa, e a área de admissão dos associados deve ser limitada para disponibilidades e possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (PINHO, 1991).

¹⁵ Autogestão representa uma forma de organização da atividade econômica sob o controle e direção dos próprios trabalhadores. Ela leva estes a reencontrar sua criatividade a produzir o novo, na escala de suas exigências individuais passo a passo, no seu grupo, buscando as respostas a seu desafio de recriar o trabalho (PAEZ, 1998). Para Bobbio (1999), a autogestão pode ser identificada partindo-se de duas determinações principais, quais sejam: a primeira se refere à superação da distinção entre quem toma as decisões e quem as executa, no que se refere ao destino dos papéis em cada atividade coletiva organizada com base na divisão do trabalho. A segunda é a autonomia decisória de cada unidade de atividade, isto é, a superação da interferência de vontades alheias às coletividades concretas na definição do processo decisório.

cooperativas procuram ser organizações livres, autônomas, inspiradas na auto-ajuda mútua e no predomínio do processo da cooperação sobre o da concorrência, preservando um mínimo de coerência com os valores fundamentais que inspiraram o movimento cooperativo.

3.3 Principais precursores do cooperativismo

Entre os principais idealizadores desse movimento associativista, que colaboraram com suas idéias, estudos e espírito organizacional, pode-se destacar os seguintes:

1. Robert Owen (1771-1858) foi uma das primeiras pessoas a utilizar o termo cooperação, por isso, é considerado um dos pais do cooperativismo. Considerado como um dos mais originais representantes do socialismo associacionista¹⁶.

Owen, pela sua atuação junto aos trabalhadores e ao governo, foi o precursor de inúmeras realizações de iniciativa das instituições patronais e de uma legislação trabalhista. Aspectos profundos das suas idéias puderam ser encontrados em realizações posteriores.

2. Willian King (1786-1865) foi considerado um dos principais divulgadores da doutrina cooperativa na Inglaterra. Era médico e interessava-se por tudo que dizia respeito à educação e a reforma social. Considerava a cooperação a melhor forma de eliminar as desigualdades sociais. Defendia o princípio de que o lucro obtido das associações constituiria um fundo comum, destinado a comprar casas e terras, que pertenceriam a todos os associados. A idéia que deveria orientar essas cooperativas era a de que o trabalhador precisava melhorar a sua situação por si mesmo, sem ter que recorrer ao auxílio dos capitalistas (BROSSARD, 1979).

3. Charles Fourier (1772-1837) partiu do princípio de que os homens são movidos pelas “paixões”, que são, em si, boas e úteis, como as forças criadas por Deus, fazendo parte do funcionamento do plano divino, tendendo à realização de certa ordem, de uma harmonia desejada pela “Providência”. Conseguiu ser espirituoso e bastante exato. Conforme sua explicação, o obstáculo oposto ao livre curso das paixões reside na instituição da propriedade privada. No terreno econômico, a concepção de Fourier estabeleceu a “associação universal e livre” em contraposição à forma liberal (HUGON, 1976).

¹⁶ Para Owen, a competição deveria ser substituída pela cooperação, para que se pudesse formar um novo tipo de sistema na sociedade, onde o lucro deixasse de existir e as mercadorias fossem vendidas apenas pelo seu custo de produção, que seria o seu preço justo (HUGON, 1976).

A concretização do modelo de Fourier seria dada pelos falanstérios¹⁷, que se apresentavam como “hotel cooperativo”. Sua constituição deveria ser livre e os operários, proprietários e capitalistas eram “convidados” a colocar em sociedade suas terras, capital e trabalho, realizando assim, uma associação voluntária com todos os fatores de produção.

4. Luis Blanc (1812-1882), natural da Espanha, freqüentou escolas em Rodez e Paris. No ano de 1839, publicou um livro, no qual dizia que a concorrência era a principal causa das crises sociais. Esse pensador foi considerado um dos fundadores do socialismo de Estado e mentor das associações cooperativas de produção. Apregoava que essas formas de cooperativas precisavam ter certa autonomia e possuir um cunho democrático. Fundou várias cooperativas agrárias, que não prosperaram por muito tempo, devido à falta de apoio do governo e de recursos, além de dificuldades enfrentadas com os comerciantes (BENECKE, 1980, p. 21).

5. Philippe Buchez (1796-1865), nasceu em Matagne-la-Petite, na Bélgica. Foi um respeitado médico, filósofo, cientista e considerado um revolucionário intelectual. Simpatizante da doutrina de Saint-Simon, a partir da obra desse, começou a interessar-se pelos problemas da classe trabalhadora, defendendo que o governo deveria preocupar-se mais com esse setor da sociedade.

Todos os precursores do cooperativismo propuseram um sistema econômico social alternativo ao sistema capitalista que, segundo eles, tanto aviltava a dignidade dos operários de sua época. Projetaram suas organizações baseados na cooperação e propunham que essa devia dar-se não apenas em nível interno das organizações, ou apenas em nível interpessoal, como também, com uma cooperação entre as diversas organizações associativo-comunitárias. Segundo eles, através da cooperação seria possível propor à sociedade um sistema sócio-econômico baseado na igualdade de direitos e oportunidades a todos os indivíduos.

3.4 O cooperativismo no Brasil e no Rio Grande do Sul

A prática da doutrina cooperativa já possuía mais de um século de aplicação na Europa, quando chegou ao Brasil. O padre suíço Amstadt, em 1902, lançou as bases do cooperativismo. Isso ocorreu numa reunião de Sociedade de Agricultores Rio-grandenses de

¹⁷ O termo falanstério designava o edifício que deveria hospedar a “falange”, célula base da sua sociedade ideal, indicando o conjunto auto-suficiente de estruturas não apenas materiais, como também econômicas, domésticas, morais e administrativas sobre o qual se basearia o novo mundo teorizado pelo utopista francês.

Linha Imperial, atual município de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. Foi a partir desse momento que o cooperativismo teve uma base realmente popular, com uma plataforma definida e se organizou como sistema (IRION, 1997).

O desenvolvimento do cooperativismo foi lento, principalmente devido à falta de apoio dos governos vigentes na época. A própria legislação cooperativa custou o esforço e a perseverança de idealizadores como: Inácio Tosta, Alberto de Menezes, Manoel Ribas, di Stéfano Palernó, Saturnino de Brito, Luciano Pereira, Fábio Luz, entre outros. O movimento expandiu-se em 1932, quando foi promulgada a Lei 22.239/32, que determinava o cumprimento do fundamento do cooperativismo no país (BROSSARD, 1979, p. 30).

A partir desse período, o cooperativismo alastrou-se pela maioria dos estados do país, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, porém, foram encontradas muitas dificuldades técnicas, administrativas e também, obstáculos externos, especialmente no período de 1910 a 1930. No período de 1940 a 1960, as organizações cooperativas evoluíram numericamente, notadamente, as de crédito, consumo e agropecuárias (BENETTI, 1982).

O cooperativismo brasileiro, na década de 1970, estava representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Essa entidade até hoje é representante legal do cooperativismo nacional e, ao mesmo tempo, órgão técnico consultivo do governo federal. A OCB foi criada em 1971, de acordo com a Lei 5764, e possui como finalidade principal integrar todos os ramos das atividades cooperativas, manter serviços de assistência ao sistema, sustentar relações de integração com entidades congêneres do país e exterior. Todas as suas funções, entretanto, devem desenvolver-se em ambientes de neutralidade política e indiscriminação racial, religiosa e social (PINHO, 1991).

Ainda, na década de 70, muitas unidades foram desativadas, principalmente devido à inviabilidade econômica e administrativa de algumas organizações, que possuíam um número limitado de associados e, portanto, com poucos recursos financeiros e com pequeno poder de barganha. Apenas as cooperativas de consumo, trabalho e médicas conseguem alcançar algum crescimento. Na década de 80, as cooperativas médicas totalizavam o número de 100. Somente o Estado de São Paulo possuía 26, o Rio Grande do Sul, 16, e o Rio de Janeiro, 10 unidades. As demais estavam propagadas pelo restante do país (OLIVEIRA, 1982, p. 31-34).

A história do cooperativismo no Rio Grande do Sul “confunde-se” com o próprio surgimento das formas cooperativas no país, uma vez que, foi nesse Estado, que a imigração alemã encontrou condições favoráveis ao desenvolvimento do cooperativismo, dado que tais colonizadores já possuíam prática com o desenvolvimento do sistema cooperativo nos países europeus.

Já, os imigrantes italianos tiveram um pouco mais de dificuldades para implantarem cooperativas, pois viviam em colônias mais distantes e isoladas dos centros maiores. Apesar disso, os obstáculos encontrados para comercializarem o vinho que produziam nas colônias fizeram com que eles organizassem as primeiras unidades cooperativas na região.

Tal iniciativa partiu do próprio governo federal, financiando a vinda para a Província do especialista italiano Dr. Giuseppe di Stéfano Palermo. Ele ministrou palestras para autoridades da Província, projetou e fundou cooperativas e caixas de créditos, em cidades próximas à capital e na região da serra, como Caxias do Sul. Uma Cooperativa Agrícola foi a primeira a ser fundada na cidade, em 12 de outubro de 1912. Logo depois, mais nove unidades foram organizadas nessa região (PERIUS, 1997, p. 12).

Posteriormente, no ano de 1913, foi criada, em Santa Maria a Cooperativa de Consumo dos Empregados da então, Viação Férrea, possuindo 17 mil associados. Esta, fornecia às famílias dos seus membros gêneros alimentícios, prestando, também, assistência médica, hospitalar e educacional, através da Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor. Tal instituição chegou a ser considerada a maior organização no gênero de consumo da América Latina. Foi reconhecida nacionalmente, pois, além de ter prestado benefícios aos seus associados e a suas famílias, formou operários técnicos em suas escolas profissionalizantes.

A cooperativa priorizava principalmente: a manutenção de armazéns para a venda de gêneros de uso e consumo pessoal e doméstico a preços razoáveis, aplicar o seu patrimônio, lucros e rendimentos, em benefício exclusivo dos seus associados, podendo instituir pecúlios pagáveis em dinheiro, nos casos de invalidez ou falecimento dos seus membros; fundar, manter e auxiliar instituições de ensino de artes e ofícios; estabelecer hospitais, farmácias e caixas de empréstimos (BENETTI, 1982).

Na década de 20, entretanto, o cooperativismo gaúcho passou por um período de crise, devido, principalmente, à má administração, e até mesmo, por falta de experiência de alguns administradores, além, da inexistência de recursos capazes de levar alguns projetos adiante.

Posteriormente, foi fundada, em 1957, a Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda (COTRIJUI), no município de Ijuí, possuindo 68 associados. Tinha como objetivo integrar os produtores de trigo e soja da região. Os agricultores vislumbravam nessa associação, além de um instrumento capaz de protegê-los da exploração, uma maneira de viabilizar o seu acesso direto à comercialização de grãos, cujo funcionamento era muito complexo, pois não permitia a participação dos produtores como agentes isolados.

Esses entendiam que o único caminho para a sua independência e participação do mercado seria por intermédio do fortalecimento das unidades cooperativas, que poderiam

tornar-se uma unidade econômica eficiente e poderosa. Os produtores acreditavam que o trigo e outras culturas de grãos poderiam representar economias valiosas ligadas a interesses mais dos poderosos e, por esse motivo, a cooperativa era forçada a fazer grandes investimentos para defender os interesses de seus associados (BENETTI, 1982, p. 43).

Na década de 60, também as cooperativas começaram a trabalhar com a produção e comercialização da soja, contando com o apoio financeiro e técnico do governo, que pretendia encontrar uma nova atividade que atendesse ao mercado nacional e ao mercado externo.

Nesse período, muitas cooperativas estavam endividadadas, entre as quais, pode-se citar a Cotrijuí e a Fundação Centro de Experimentação e Pesquisa (Fecotriço). Conforme os estatutos da entidade o capital social da cooperativa somente poderia ser constituído pelos investimentos dos próprios associados, o que representava os excedentes gerados e retidos em atividades do próprio setor. Isso significava que a cooperativa não poderia transformar capital de terceiros em capital próprio como a maioria das empresas privadas faziam. A autora continua afirmando ainda, que o endividamento levou o cooperativismo à crise e que também a própria crise econômica reforçou o endividamento do setor (BENETTI, 1982).

Tal crise dura até os anos 80. Passada esta década, o sistema cooperativo se reorganiza e entra na década de 90 com um novo surto de crescimento, prioritariamente no setor de prestação de serviços. Atualmente, o Rio Grande do Sul é um dos estados brasileiros que possui o maior número de cooperativas, ligadas aos mais diferentes ramos e categorias. Em termos gerais, e dado os níveis técnicos de desenvolvimento que alcançaram, além do volume e qualidade de suas produções, suas vendas e serviços, as cooperativas representaram um papel de inegável importância na estrutura social e econômica, levando muitas pessoas que trabalhavam de forma isolada, a conseguirem gerar trabalho, renda e até desenvolvimento às suas comunidades.

3.5 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

De acordo com Gohn (2003), os movimentos sociais caracterizam-se como manifestações sócio-políticas arquitetadas e construídas por atores sociais pertencentes a diferentes e diversas classes e camadas sociais, que articulam ações conforme uma identidade

de interesses afins, unidos pela força do princípio da solidariedade¹⁸. Esta é construída a partir de uma base cultural referencial de valores que são compartilhados pelo grupo inteiro, em espaços coletivos não institucionalizados, e possuem como suporte instituições e organizações da sociedade civil, com agendas de atuação que são construídas em torno de demandas sócio-econômicas ou político-culturais que abarcam algumas problemáticas geradoras de conflitos sociais.

Foi dentro desse contexto, onde eram observadas várias disparidades sociais, que se formou no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), objetivando lutar contra a miséria, a fome e a exclusão social¹⁹, surgindo como uma força produtora de integração e inserção social. O movimento despontou, principalmente, para fazer frente à elevada concentração de renda e terra existente no Brasil²⁰, e que tem gerado vários conflitos no meio rural.

A luta pela conquista da terra não é nova no país, tendo sido intensamente reprimida durante a maioria do tempo em que transcorreu o regime militar. Ela é gradualmente retomada quando se deu a abertura do regime. Iniciaram, novamente, ocupações de terras de latifúndios e destas experiências surge o MST. Segundo o próprio movimento, em sua fase inicial:

A conquista da terra é o eixo central. O MST queria resolver o problema da terra do ponto de vista individual. (...) O sem-terra pegava a terra e virava um pequeno proprietário. (...) A produção estava voltada basicamente para o auto-sustento (para o mercado ia o excedente). O nível de cooperação que existia era espontâneo: mutirão e troca de dias de serviço (CONCRAB, 1998, p. 28-29).

¹⁸ A solidariedade visa, prioritariamente, promover a inclusão social das pessoas menos favorecidas, objetivando, principalmente, pela criatividade, a auto-sustentabilidade dos indivíduos. Exige que as atividades produtivas gerem a viabilidade econômica e financeira dos empreendimentos, entretanto, deve ter um comprometimento com a preservação do meio ambiente, com novas relações humanas e com a garantia da sustentabilidade das gerações futuras (BOBBIO, 1999).

¹⁹ Entre tantos conflitos ocorridos no Brasil pela posse de terras podemos citar os que aconteceram no estado do Pará, considerado o segundo maior da federação em tamanho. Nos últimos 35 anos, registrou 1775 conflitos, envolvendo mais de 200 mil famílias e mais de 20 milhões de hectares, resultando no assassinato de 705 trabalhadores rurais e lideranças sindicais, políticas e religiosas. As regiões que apresentam os mais altos índices são o sul e sudeste do estado, com mais de 1025 conflitos, 14 milhões de hectares em disputa, 150 mil famílias e 503 assassinatos (FALEIRO, 2001).

²⁰ O MST pretende promover a reforma agrária no país, essa que deveria ser uma tarefa dos governos federais, estaduais e municipais, e que, segundo o movimento, poderia constituir-se num instrumento eficaz de distribuição de riquezas, tem ficado relegada a um plano secundário e, também, em certos casos, até indesejada pelas autoridades do Brasil.

Conforme Navarro (2002), a exemplo do que ocorreu em outros países da América Latina no período pós-guerra, também no Brasil contemporâneo é possível identificar muitos momentos expressivos em que as populações rurais mais pobres que viviam quase à margem do processo produtivo conseguiram exercer o direito de mobilizar-se e organizar-se, e dessa maneira adentrar no difícil e complexo universo da política.

Gohn (2003), afirma que, no período após a década de 1950, a população camponesa, vivendo muitos problemas de ordem econômica e social, começa a ter o apoio de organizações partidárias de esquerda, e isso é feito através do Partido Comunista do Brasil, para se organizar e se inserir competitivamente no processo produtivo. Além disso, objetivavam estender ao meio rural os direitos adquiridos pelos trabalhadores urbanos, tais como: jornada de trabalho, férias, salário mínimo, entre outros. Embora a luta transcorresse pela institucionalização, os movimentos sempre envolviam grandes doses de violência.

Segundo ela, entre 1945 e 1964²¹ houve a organização dos trabalhadores rurais²² em ligas ou vias²³, uniões, sindicatos e confederações. Naquele período, ocorreram encontros e congressos em nível nacional, objetivando discutir a organização dos trabalhadores rurais. Dentre as categorias que se envolveram dentro do movimento, pode-se citar a dos posseiros, que eram agrupamentos de pessoas que se caracterizavam por tomar posse de terras rurais que

²¹ Aceita-se que, no Brasil houve dois momentos marcantes. No primeiro, que englobava parte dos anos 50 e os anos iniciais da década seguinte, encerrando-se bruscamente com o golpe militar de 64, em que se observou, pela primeira vez, a constituição e a multiplicação de sindicatos de trabalhadores rurais, que mobilizavam, prioritariamente os assalariados das regiões comerciais do país e, também, a emergência das ligas camponesas, que abraçaram principalmente as demandas dos pequenos, normalmente não-proprietários, em particular no nordeste brasileiro. Além disso, resultante da liberalização política característica do populismo daquele período e, igualmente, das modificações econômicas no meio rural, outros agentes, como o Estado, os partidos políticos e a Igreja Católica, entraram fortemente no cenário político, brigando por influência e controle do processo de organização necessitados do meio rural, além de propor projetos de modificações ou de continuidade que, com o transcorrer do tempo, se tornaram crescentemente polarizados entre si. Resultando que a questão agrária tornou-se um imprescindível elemento detonador do golpe militar, que eliminou as forças políticas que propunham modificações estruturais no país (NAVARRO, 2002).

²² Segundo Faleiro (2001), um dos atores importantes que se destacam nesse conjunto são os produtores familiares rurais (agricultores, extrativistas, pescadores artesanais, populações indígenas, entre outros). Salienta que o papel relevante desse segmento produtivo relaciona-se ao grande número de unidades familiares que intervêm no meio rural e o impacto que isso pode ocasionar tanto no equilíbrio quanto no desequilíbrio dos ecossistemas, solos, recursos aquáticos e florestas. Contudo, ressalta que estudos comprovam que a natureza da atividade dos produtores familiares rurais é mais compatível com a regeneração e a conservação dos recursos naturais do que aqueles segmentos de grande porte, que, na maioria das vezes, exploram tais recursos utilizando práticas de forma mais extensiva.

²³ Esses processos estão diretamente relacionados às modificações ocorridas na natureza da governança global da economia e ao viés neoliberalizante implantado nas políticas agrícolas mundiais a partir dos anos 80. Durante esse período, ocorreu um movimento de aproximação entre organizações de agricultores da Europa e da América do Norte e entre estas e organizações de outros lugares do mundo, principalmente da América Latina. Tal aproximação deu-se de duas formas principais: pela iniciativa de organizações locais que buscaram empreender relações transmundiais com organizações locais de outros países, e, durante eventos, como os movimentos e coalizões contra o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) e o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio), que reuniram organizações rurais de muitas procedências em torno de um mesmo objetivo.

viviam em condições de miserabilidade. Esses brigavam pela permanência na terra em oposição aos grileiros, que após a terra estar lavrada e cultivada apresentavam-se como donos dela e tentavam expulsar os colonos, na maioria das vezes, por intermédio da luta armada. Após o golpe militar de 1964, os setores organizados dos trabalhadores da terra receberam duras penas, tendo as suas ações coletivas desorganizadas, permanecendo apenas em alguns lugares específicos, apresentando um caráter de guerrilha armada comandada por grupos de extrema esquerda.

Já, nos anos 70, ressurgem as organizações de luta e de defesa dos trabalhadores rurais. Segundo Martins (1981), em 1975 foi constituída a Comissão da Pastoral da Terra, que, através do apoio da Igreja Católica, objetivava desenvolver ações voltadas a atividades de ajuda aos pobres. No meio rural, esta nova metodologia teve um desenvolvimento peculiar dado ao fato de que se adequava às dimensões simbólicas da religiosidade popular. Semear esperança onde somente havia descontentamento e dor foi o alimento moral encontrado pela Igreja para motivar, além de mobilizar milhares de pessoas a participarem de suas pastorais e ações. Amparados pela fé, os trabalhadores sentiam-se livres dos constrangimentos a que eram submetidos e acreditavam que o discurso religioso fosse uma maneira de expressar e organizar as suas lutas.

A partir desse período, o Brasil passou a viver uma conjuntura de lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades. Como conseqüência desse contexto, em janeiro de 1984, ocorreu o primeiro encontro do MST em Cascavel, no Paraná, onde se reafirmou a necessidade da ocupação como uma ferramenta legítima dos trabalhadores rurais. A partir de então, começou-se a pensar em um movimento que possuísse preocupação orgânica, com objetivos e linha política definidos, (MST, 2007).

Em 1985, em meio ao clima da campanha das “Diretas Já”, o MST realizou o primeiro Congresso Nacional, em Curitiba, no Paraná, pregando a ocupação como única solução. Neste mesmo ano, o governo José Sarney aprovou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que objetivava colocar em prática o Estatuto da Terra²⁴ e viabilizar a Reforma Agrária até o

²⁴ O Estatuto da Terra foi criado pela lei 4.504, de 30-11-1964, sendo, portanto, uma obra do regime militar que acabava de ser instalado no país através do golpe militar. Sua criação estava intimamente ligada ao clima de insatisfação reinante no meio rural brasileiro e ao temor do governo e da elite conservadora pela eclosão de uma revolução camponesa. Afinal, os espectros da Revolução Cubana (1959) e da implantação de reformas agrárias em vários países da América Latina (México, Bolívia, etc.) estavam presentes e bem vivos na memória dos governantes e das elites. As metas estabelecidas pelo Estatuto da Terra eram basicamente duas: a execução de uma reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. Quatro décadas depois, pode-se constatar que a primeira meta ficou apenas no papel, enquanto a segunda recebeu grande atenção do governo, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura. www.frigoleto.com.br. Consulta em: 20/07/07.

fim do mandato do presidente, objetivando assentar 1,4 milhão famílias, entretanto, a proposta de Reforma Agrária ficou apenas no papel. O governo Sarney, modificado com os interesses do latifúndio, ao final de um mandato de cinco anos, assentou menos de 90 mil famílias de trabalhadores sem-terra. Ou seja, apenas 6% das metas estabelecidas inicialmente no PNRA, foi cumprida por aquele governo (MST, 2007).

Além disso, a agricultura que era praticada em algumas propriedades familiares não vinha conseguindo melhorar o nível de vida dos camponeses e alguns eram obrigados a entregar a terra. A partir de 1986, teve início a discussão de como organizar os assentados. Assim, foi organizado o I Encontro dos Assentados, em que estiveram representados 76 assentamentos de 11 estados. Apesar da resistência inicial ao modelo cooperativo - pelas experiências negativas do modelo tradicional do cooperativismo, caracterizado como grandes empresas agroindustriais que desenvolveram uma política de exploração econômica dos agricultores - a discussão se desenvolveu a favor do cooperativismo, no que atualmente pode-se chamar de economia solidária²⁵.

Com a articulação para a Assembléia Constituinte, os ruralistas organizaram-se, criando a União Democrática Ruralista (UDR), atuando em três frentes: o braço armado - que incentivava a violência no campo -, a bancada ruralista existente no Congresso Nacional e a mídia como aliada ao desenvolvimento de sua dominação e poder.

Tal grupo conseguiu impor emendas na Constituição de 1988 ainda mais conservadoras do que aquelas contidas no Estatuto da Terra. Apesar disso, nessa Constituição os movimentos sociais tiveram uma importante conquista no que se refere ao direito à terra: os artigos 184 e 186. Eles referem-se à função social da terra e determinam que, quando ela for violada, seja desapropriada para fins exclusivos de Reforma Agrária. Esse foi também um período em que o MST reafirmou sua autonomia, definiu seus símbolos, bandeira, hino. Dessa forma, foram se estruturando e se organizando os diversos setores dentro do próprio Movimento.

A eleição de Fernando Collor de Mello à presidência da República em 1989, entretanto, significou um retrocesso na luta pela posse da terra, pois esse governo era declaradamente e fortemente contrário à implantação da Reforma Agrária, além de ter como

²⁵ Conforme Singer (2002), a economia solidária foi inventada por operários no início do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas constituíam-se em tentativas por parte dos trabalhadores de conseguir trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua formatação seguia os preceitos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo.

seus aliados de governo o grupo dos ruralistas. Foi uma época de repressão contra os Trabalhadores Sem Terra, pois, ocorriam despejos violentos, assassinatos e prisões arbitrárias. Em 1990, ocorreu o II Congresso do MST, na capital, Brasília. Nesse foram discutidas a organização interna, as ocupações e, principalmente, a expansão do Movimento em nível nacional. A palavra de ordem era: “Ocupar, resistir e produzir” (MST, 2007).

Cabe ressaltar, conforme Navarro (2002), que entre os anos de 1986 e 1993 as ações do MST tornaram-se gradualmente de confrontação, com muitos episódios de enfrentamento entre policiais e jagunços de grandes fazendeiros, devido a uma nova orientação interna em que era priorizado esse tipo de tática de luta, principalmente diante da recusa dos agricultores sem terra em submeter-se à direção incontestável assumida até então por intermédio da Igreja Católica. A partir dessa fase, é invertida a relação entre os mediadores religiosos, os quais, se antes definiam a orientação geral do movimento, passaram gradualmente a ser quadros auxiliares da organização, o que foi acentuado nos anos seguintes, em que permaneceram no centro do MST somente os quadros mais radicais da Igreja.

Já, em 1994, Fernando Henrique Cardoso vence as eleições, possuindo um caráter liberal no seu modo de governar, e esse aspecto reflete-se também em projetos de desenvolvimento do meio rural. Era o momento em que se priorizava novamente a agro-exportação. No ano seguinte, o MST realizou seu III Congresso Nacional, em Brasília. Cresce, então, a conscientização de que a Reforma Agrária era uma luta fundamental para o desenvolvimento no campo, mas que se não fosse disputada na cidade nunca haveria uma vitória efetiva. Por isso, a palavra de ordem era a de que a Reforma Agrária²⁶ deveria ser uma luta de todos os cidadãos, tanto dos moradores urbanos quanto daqueles que viviam no meio rural (VIANA, 2001).

Já, em 1997, o Movimento organizou a histórica “Marcha Nacional Por Emprego, Justiça e Reforma Agrária” possuindo como destino Brasília, com data de chegada em 17 de abril, um ano após ocorrer o massacre de Eldorado dos Carajás, quando 21 trabalhadores rurais sem terra foram assassinados pela polícia do estado do Pará.

Os conflitos agrários e impasses têm relação e são refletidos no mundo urbano brasileiro, onde a qualidade de vida tem sido sistematicamente comprometida pela forma

²⁶ De acordo com a opinião de Furtado (1999), o Brasil precisaria colocar em prática três frentes de ações que poderiam viabilizar o processo de implantação de reforma agrária no país. São elas: primeira: reverter o processo de concentração patrimonial e de renda que está na base das mazelas sociais observadas no país; Segunda: aumentar os investimentos no fator humano e terceira: readequação tecnológica no sentido de dar prioridade ao mercado nacional e à criação de empregos, concomitantemente ao do favorecimento de tecnologias de ponta quando o objetivo estratégico for abrir espaço no mercado externo.

como o mundo agrário tem sido tratado pelos governos, pelas políticas e pelo conservadorismo das elites brasileiras. Tal modelo, que se caracteriza como excludente, expulsor e predatório, em favor de uma minoria oligarca, teve esses aspectos radicalizados com a chamada modernização agrícola implantada a partir dos anos 60. Essa modernização é traduzida, hoje, com o nome de agronegócio, resultando que a agropecuária e o espaço agrário-natural são tratados como mercadoria global, qual seja: produzir *commodities* lucrativos demandadas pelo setor externo.

Portanto, nesse contexto é necessário dar prosseguimento às conquistas obtidas na luta de trabalhadores e pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag) que vem priorizando e desenvolvendo novas e melhores técnicas de culturas e manejos, criando áreas de controle e domínio pelas populações locais. Na medida em que os trabalhadores criam tais áreas de conservação sob a sua direção, são capazes de impedir que essas sejam exploradas por latifundiários, grileiros e grandes madeireiras.

Cabe ressaltar que para o MST o que importa é que todos os assentados²⁷ participem de uma experiência de cooperação, rompendo, assim, com o isolamento. Dado que a cooperação tem como objetivo principal o desenvolvimento da produção, visando contribuir com o avanço da organização da produção tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. Alguns podem apenas trocar dias de serviço; outros podem comercializar em conjunto; outros podem ter uma associação de máquinas; outros podem ter uma de produção em comum; alguns podem estar em grupos coletivos ou ligados a uma cooperativa, já, outros, estão em uma cooperativa completamente coletiva (CONCRAB, 1998).

Conforme Navarro (2002), a experiência social e política do Movimento, principalmente nos últimos anos, tem sido emblemática, por um lado, devido a suas virtualidades e extraordinária capacidade de manter-se ativo no decorrer do tempo, como ator social fortemente presente no cenário político do Brasil. Apesar disso, como contraponto, é igualmente uma história organizacional exemplar, quando revela seus atuais impasses. Nesse aspecto, a eficácia política e organizativa vigente no movimento pode ser circunscrita, prioritariamente a três objetivos básicos. Inicialmente, o tema reforma agrária, no cenário de debates políticos da sociedade brasileira, demanda que possivelmente seria enfraquecida ou até mesmo extinta sem a existência da organização dos sem-terra para insistir na necessidade

²⁷ A política do MST no que diz respeito aos seus assentamentos, foi consolidada em 1991/92 com a criação do Sistema Cooperativista dos Assentados, formado em cada assentamento por Cooperativas Agropecuárias, Cooperativas de Comercialização Regionais, Grupos Coletivos e Associações; em nível estadual, estabeleceram-se Cooperativas Centrais de Reforma Agrária e em nível nacional foi criada a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda), em Curitiba, em 15 de maio de 1992 (MST, 2007).

de sua implantação. Em segundo lugar, a formação de um grande número de assentamentos, o que possibilitou o acesso à terra de um enorme contingente de famílias pobres que viviam em áreas rurais, que sem essa alternativa, não teriam outra opção que não fosse migrar para as cidades.

Os conflitos pela posse da terra no Brasil têm acontecido de um lado, pela reação violenta dos latifundiários, através da contratação de pistoleiros e pedidos de liminares de reintegração de posse. Por outro lado, os sem-terra resistem à reintegração e enfrentam os pistoleiros. Fazem marcha até as cidades, realizam manifestações e ocupam prédios públicos para pressionar o governo na tentativa de resolução do problema. Desse modo, os governos federais e estaduais procuram uma resposta para a questão agrária através da compra da área ocupada. Em outras vezes, as famílias são despejadas violentamente por intermédio da intervenção da polícia e ocupam outro latifúndio, de onde podem ser despejados novamente. Os sem-terra ocupam e reocupam a terra até conquistarem um assentamento. Esta tem sido a principal bandeira de luta do movimento.

Segundo Fernandes (2000), cada assentamento conquistado é uma fração de território, em que os sem terra vão construir uma nova comunidade. Dessa maneira, a cada assentamento conseguido, o MST se territorializa. E é justamente esse fato que diferencia o movimento de outros movimentos sociais e o torna um movimento socioterritorial. Os sem-terra organizados no MST, ao conquistarem a terra, visualizam uma nova conquista. E desse modo, também dimensionam a luta pela terra em luta pela educação, saúde, moradia, crédito agrícola, cooperação agropecuária, entre outros.

Isso é conseguido devido à persistência e pressão feitas junto ao governo que vem ao longo do período de existência do MST, mesmo que de forma lenta e gradual, realizando alguns assentamentos em algumas regiões do país. Na realidade, por mais que se tente impedir as ocupações, criminalizando-as e considerando-as somente como manifestações políticas, em verdade, o Estado somente possui um meio para evitá-las: fazer a reforma agrária, o que é de sua exclusiva competência, conforme determina a Constituição, pois no momento em que opta em não realizá-la, o governo federal tenta incriminar os sem-terra, fazendo leis que os condenam se ocuparem algum território. Entretanto, esta tem sido a forma mais eficiente de garantir condição de vida às suas famílias.

Percebe-se, segundo Fernandes (2000), de um lado, que ao longo desses anos de luta pela conquista da terra, o governo e os ruralistas pretendem manter o velho modelo econômico de exclusão dos trabalhadores. De outro lado, há uma proposta que discute a participação democrática dos trabalhadores e um projeto de desenvolvimento da agropecuária

e do país. A política clientelista sempre tentou controlar essa marginalização sob um discurso forjado de democrático. Embora todas as vezes em que essa população se manifesta, rompendo com a idéia de dependência enraizada, o Estado responde com violência e relega à mídia construir a idéia de que violenta é a ação do movimento.

Apesar disso, segundo Medeiros (2000), nas duas últimas décadas houve um significativo aumento do número de assentamentos rurais, ocorrendo uma série de trocas no aparato institucional estatal, o que representa, não apenas a importância crescente dos temas relacionados com a questão agrária como também a dificuldade do Estado brasileiro em lidar com a questão. Também, é formulada uma série de regras que tentam formalizar a dimensão contratual dos assentamentos, procurando romper com o que o governo caracteriza como dependência das famílias com o poder público. Tais regras tentam impor uma lógica contratual às populações que jamais pautaram seus comportamentos na base da mesma, apenas são regidos por regras de reciprocidade. A proposta tende a produzir frustrações, nas quais o resultado, a médio prazo, aponta para uma intensificação da exclusão.

O dinamismo da organização do movimento, em muitas regiões, refere-se justamente à vida política dos pequenos municípios, devido à constituição de novas formas de representação e de organização que o MST estimula, tão logo os assentamentos são constituídos. Além disso, outro fato de efeito impactante, é que em algumas regiões do Brasil, e que é fruto da ação do MST são as inversões das relações entre grandes proprietários de terra e os pobres que vivem no campo. Entretanto, isso vem se modificando, pois existe um temor dos grandes fazendeiros, devido à incapacidade do Estado de contrapor-se, como no passado, à forma de pressão efetuada pelos sem-terra. Tal inversão, de dominação política dos maiores proprietários é, talvez, um dos mais notórios da história do movimento, o que proporciona, assim, as chances de aumentar os estoques de terra destinados aos programas de reforma agrária, contemporaneamente facilitado pela descrença gerada entre os grandes proprietários, gradativamente impotentes para contrapor-se às ocupações de terra.

A reforma agrária, no Brasil, tem deficiências sérias, na avaliação da professora Leonilde Medeiros, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Segundo ela, “não é uma reforma agrária, é uma política de assentamentos, empurrada pelas lutas dos movimentos sociais”. Ressalvou, no entanto, que embora deficiente, a reforma empreendida pelo governo federal tem sinalizações positivas no sentido do desenvolvimento econômico, social e político. Na verdade houve uma melhoria nas condições de vida da população, uma reconfiguração das áreas rurais em termos de produção, uma reativação de feiras e mercados, possuindo efeitos econômicos. Obviamente que não vai competir com o modelo do

agronegócio, mas compete em outra esfera: no ativamento dos mercados alimentares locais. Destacou, ainda, a precariedade de infra-estrutura, o fato de os assentamentos serem esparsos no modelo de reforma agrária que continua a ser feito no país, analisando que, por não se constituir numa prioridade política, acabou assumindo um caráter de política social. “Para a especialista, os ganhos sociais podem ser facilmente mensurados: ao menos, o acesso ao lote garante o local de moradia, um local para a família se estabilizar e, inclusive, a retomada de laços familiares que estavam rompidos em muitos casos” (AGENCIA BRASIL, 2007).

Acrescenta que o projeto do governo federal de promover o assentamento de mais 100 mil famílias neste ano, segundo a professora, “é uma gota no oceano”. A questão, sugeriu, deve ser trabalhada com a eliminação dos bloqueios no Legislativo e no Judiciário, para que se transforme em uma prioridade nacional. “O número é importante, bem como a qualidade dos assentamentos, mas é preciso eliminar os bloqueios. Existe um cerceamento político da reforma agrária”, destacou.

Evidentemente, que o MST conseguiu, durante décadas, manter sua visibilidade pública, mantida pela sua capacidade de pressão e de gerar conflitos políticos, e, ao mesmo tempo sustentou uma espiral crescente de conquistas sociais, algumas delas pelas vias de negociações com os setores governamentais. Atualmente, o movimento é um sujeito popular instituído no cenário político nacional, tendo-se tornado um interlocutor indispensável, seja para tratar das lutas populares, seja para intermediar questões e problemas fundiários no Brasil.

4 O DESEMPENHO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA

O que ocorre quando cidadãos antes imperceptíveis se tornam visíveis? O drama dos chamados movimentos pelos direitos civis, quando provenientes das camadas populares mais pobres, é parecer que suas ações somente ganham visibilidade quando ingressam na sociedade civil organizada. Frequentemente, são ameaçados pelas situações adversas de sobrevivência e violência nos centros urbanos e pela repressão no campo. Os sujeitos dessas ações objetivam exatamente atuar onde a sociedade civil organizada não atua. A melhor ótica de observação seria, portanto, tomar a ação desses sujeitos como um conjunto de tentativas societárias à base da tentativa e do erro, para conseguir sair da sociedade incivil, por certo, desorganizada e ingressar na civil.

Marcados pela fragmentação, dramas pessoais e familiares de sobrevivência, comportamentos de auto-destruição, violência doméstica, chacinas em bairros populares nas grandes cidades, a sociedade incivil (marginalizada) com mais gravidade após a redemocratização brasileira, persiste como um território de violência impune. E é justamente neste cenário de luta pelo combate à violência e injustiças sociais, entre tentativas e esforços de inserir socialmente milhões de pessoas que vivem à margem do processo produtivo, ou na chamada sociedade incivil, que no presente capítulo será verificada a situação dos movimentos sociais na América Latina, prioritariamente, no Brasil e na Argentina, e em que medida esses são capazes de contribuir para o processo de integração entre os países da região.

4.1 Caracterização dos Movimentos Sociais

Conforme enfatiza Gohn (2003, p. 33), alguns movimentos sociais: “... são coletivos que norteiam suas concepções, a partir da lógica de resultados, em que a obtenção desses depende fundamentalmente do grau de integração à máquina estatal, integração essa que se faz de forma subordinada”. Declara, que nos anos 90, o que se mostrava apenas de forma

ocasional, se institucionaliza e os agentes sociais privilegiados, convocados a ser parceiros das novas ações, são os já tradicionais aliados do poder.

Os movimentos sociais adentraram na agenda dos acontecimentos mundiais, possuindo fluxos e refluxos, constituindo um dos principais campos de ação social coletiva de vários setores sociais. De acordo com Gohn (2003), eles podem ser considerados como ações coletivas de caráter sócio-político e cultural, capazes de viabilizar diferentes formas da população conseguir organizar as suas demandas. Conforme a autora afirma, tais formas adotam distintas estratégias que podem variar da simples denúncia, passando pela pressão direta, que vão desde mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil às negociações e até as pressões diretas.

Atualmente, os principais movimentos sociais atuam por intermédio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, onde são aproveitados muito dos novos meios de comunicação e informação como a internet. Assim, percebe-se que a criação e o desenvolvimento de novos saberes são produtos dessa comunicabilidade.

Para Gohn (2003), os movimentos sociais representam forças sociais organizadas, capazes de aglutinar, não como uma força-tarefa de ordem numérica, mas, como campos de atividade, são fontes geradoras de criatividade e inovações sócio-culturais. As experiências são recriadas, diariamente, nas adversidades de situações que cada grupo enfrenta. Os movimentos sociais representam energias de resistência a velhos regimes e costumes que os oprimem, e podem ser considerados fontes revitalizadoras para a construção de um novo paradigma. Energias sociais, anteriormente dispersas que são canalizadas e potencializadas através de suas práticas e afazeres propositivos. Apesar disso, não se pode ignorar que existem alguns tipos de movimentos sociais que são conservadores, alguns, até, fundamentados em medos nacionalistas, religiosos ou raciais. Estes não pretendem modificações sociais emancipatórias, mas sim, impor modificações conforme seus interesses particulares, pela força, utilizando, muitas vezes, a violência como estratégia principal em seus atos. Percebe-se que os movimentos nacionalistas apresentam suas ideologias não democráticas, capazes de provocar ódios raciais e atos de terrorismo e guerra. Normalmente, o terrorismo é utilizado por seus seguidores fanáticos. Tais movimentos são construídos a partir de práticas destrutivas e de total negação à atual ordem vigente. Verificam-se que os terroristas atuam conforme as regras e as ideologias de organizações secretas que os sustentam. Esses não são movimentos abertos à participação de qualquer pessoa dado que existem códigos, crenças, valores e ideologias específicas entre seus membros.

Conforme Navarro (2002), os movimentos sociais progressistas são capazes de atuar conforme uma agenda emancipadora, realizando diagnósticos acerca da realidade social, construindo propostas e projetos que sejam capazes de propiciar melhorias nas condições de vida de alguns segmentos. Atuam em redes²⁸, articulando ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social.

Gohn (2003) considera que tanto os movimentos dos anos 80 como os existentes atualmente têm construído representações simbólicas afirmativas através de discursos e práticas. Eles podem criar identidades com grupos anteriormente dispersos e desorganizados. Ao efetivarem tais ações, permitem a seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles sujeitos que eram excluídos de alguma forma passam a sentir-se incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo.

Essa autora salienta, ainda, que dentro dos movimentos sociais existem quatro pontos fundamentais que precisam ser destacados. As lutas em defesa das culturas locais, tentando reverter os efeitos considerados nefastos da globalização. Estes auxiliam na construção de um novo padrão civilizatório, orientado para a valorização do ser humano e não para o mercado, como propunham os defensores do neoliberalismo marcadamente de caráter excludente. Um outro papel a destacar nos movimentos sociais é o objetivo de resgatar o caráter e o sentido das coisas públicas, espaços, instituições, políticas, etc.

Ela destaca, também, que tais movimentos, ao reivindicarem ética na política e, ao mesmo tempo exercerem vigilância sobre a atuação do Estado orientam a atenção da população para o que deveria pertencer a ela e está sendo desviado para o uso particular, como, por exemplo, os impostos arrecadados da população que se encontram mal gerenciados.

Além disso, Gohn (2003) sustenta que os movimentos têm coberto regiões do cotidiano, de difícil penetração por outras entidades ou instituições, como partidos políticos,

²⁸ Apesar das redes não constituírem-se num dos objetos específicos de estudo da presente dissertação, é necessário delimitar alguns conceitos, como, por exemplo, que elas são formas estruturais da sociedade contemporânea globalizada e informatizada. Referem-se a um tipo de relação social, que age conforme os objetivos estratégicos, produzindo articulações com resultados relevantes para os movimentos sociais e para a sociedade civil de uma maneira geral, existindo redes de diversos tipos como: de sociabilidade, verificadas no dia-a-dia a partir de relações por laços familiares, amizades, entre outros; redes locais, comumente presentes no associativismo civil local, dadas pela territorialidade de uma comunidade; redes virtuais, como a internet; redes temáticas específicas, como as das mulheres ou das entidades que atuam com questões referentes a gênero; redes socioculturais, criadas a partir de heranças ou características étnicas, oriundas da tradição ou de práticas sociais contemporâneas; redes geracionais, como de jovens e idosos; redes históricas, que cultuam e desenvolvem a memória de um líder, de um ator ou cantor famoso; e as redes de governança que objetivam articular experiências de inovações na gestão pública, como por exemplo, os Fóruns ocorridos nas prefeituras que adotaram o Orçamento Participativo e as redes de entidades afins, como as ONGs, por exemplo (GOHN, 2003).

sindicatos ou igrejas. Entretanto, não se pode deixar de lado, ou ignorar, que a intolerância é outro aspecto presente e é percebida em movimentos fanático-religiosos ou no ressurgimento de movimentos nacionalistas. Além disso, os movimentos desenvolveram um entendimento a respeito da questão da autonomia, distinta do que existia anteriormente aos anos 80. Agora, possuir autonomia não significa ser contrário a tudo e todos, ficar isolado, ou estar à margem do processo instituído; possuir autonomia é, prioritariamente, possuir projetos e pensar os interesses daqueles grupos que estão envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico com relação a metas e programas; é ser crítico, é ser flexível para conseguir incorporar aqueles que ainda não participam, porém têm o desejo de participar, de transformar o estado das coisas e os acontecimentos da maneira como eles estão, tentar generalizar as demandas particulares, propondo políticas, vencendo desafios dos localismos; tendo autonomia, priorizando a cidadania: arquitetando-a onde já foi corrompida. Possuir autonomia é ter pessoas capacitadas que possam representar os grupos nas negociações; nos fóruns de debates, nas parcerias público privadas.

4.2 Como estão os movimentos na América Latina

As pesquisas e estudos efetuados acerca dos movimentos sociais na América Latina vêm de longa data, por isso mesmo, já renderam muitos frutos, além de ter resultado em encontros; seminários; uma infinidade de pesquisas, e também muitas críticas e comentários. Entretanto, vários dos problemas arrastam-se ao longo de muito tempo, continuando sem solução. E é justamente por isso, que, neste item, serão verificados alguns aspectos dos movimentos sociais populares do continente latino-americano, que, de uma maneira ou de outra, irradiaram seus reflexos de forma similares também para o Brasil e Argentina, devido, principalmente, às suas similitudes, tanto sociais, políticas e econômicas, existentes entre tais países.

Alguns fatos históricos não podem ser deixados de fora desta pesquisa, devido ao que representaram e pelos reflexos existentes até hoje nos países do continente latino-americano. Como exemplo disso, pode-se citar a ditadura militar que foi implantada durante as décadas de 1960/70. Nessa, vários direitos básicos de milhões de pessoas foram simplesmente retirados do dia para a noite, por isso, o tema dos direitos humanos passou a ser a bandeira mais legitimada para que se conseguisse confrontar as intolerâncias locais frente às solidariedades mundiais. Apesar disso, tais ditaduras abandonaram os acordos e o respeito à

condição humana, utilizando-se da violência, da tortura para obter confissões e de suporte técnico-científico para quebrar a resistência de prisioneiros. Além do seqüestro de pessoas e a montagem de aparatos clandestinos para exercer a violência, ainda ocorria o sigilo e o ocultamento de cadáveres e informações, limitando o acesso aos dados, principalmente pela intensa censura aos meios de comunicação (IOKOI, 2007).

O final gradativo da ditadura, ocorrido durante a década de 1980, na maioria desses países e, também devido aos vários meios de comunicação e às facilidades das novas tecnologias permitiram o acesso e a ocupação dos diversos indivíduos e grupos organizados, de novos espaços e também a interagir com outros movimentos, não apenas do continente latino-americano, como, também, do restante do mundo. Isso reflete o cenário de interação mundial, de globalização, que, se por um lado traz muitos fatores negativos, por outro, é capaz de viabilizar a integração dos mais diferentes povos e territórios.

Sobre isso, Iokoi (2007) ressalta que as novas tecnologias, além de terem causado o barateamento dos meios de comunicação, provocou migrações individuais, o que fez com que novos espaços, que anteriormente eram ocupados por refugiados de guerra, por trabalhadores desempregados²⁹, por deslocados de epidemias e pela fome, além da existência de tecnologias inovadoras que permitiram o acesso a muitos canais de televisão a cabo, acordos de livre comércio, turistas capazes de ocupar as metrópoles continuamente causaram novos fenômenos cuja intensidade de magnitude requer outros procedimentos e interpretações de conhecimento e cultura.

Segundo Casanova (1999), a América Latina enfrenta um cenário que possui um novo clima ideológico, onde as propostas de soberania nacional foram enfraquecidas em favor da globalidade, onde foram obscurecidos os direitos dos povos em favor dos direitos individuais.

²⁹ Embora o desemprego não seja objeto específico desta pesquisa, mas por tratar-se de um estudo a respeito de países latino-americanos, mais precisamente, Brasil e Argentina, faz-se necessário observar algumas variáveis existentes no mercado de trabalho dessas nações. Na Argentina, conforme Salama (1999), o setor informal de emprego é considerado muito importante, quando é definido pelo não-pagamento dos encargos sociais ou pela sua não declaração dos trabalhadores aos serviços fiscais ou à previdência, de modo que tais empregados não são objeto de adiantamentos obrigatórios, e, por isso mesmo, não possuem acesso à previdência definida pela lei. Já, no caso brasileiro, a nova inserção na divisão internacional do trabalho e o estabelecimento em economias exportadoras provocaram uma desestruturação das relações de produção que existiam nas comunidades indígenas. Tais formas de trabalho específicas desestruturaram as relações de produção que existiam anteriormente, modificando-as de suas finalidades, traduzindo-se, muitas vezes, numa diminuição da expectativa de vida das populações envolvidas, além de massacres e genocídios, para impor o tipo de economia exportadora, mas também por uma adaptação de tais relações de produção à produção de bens a serem comercializados em massa. A respeito desse tema, Casanova (1999) afirma que medidas de privatizações, desnacionalização, integração e globalização provocaram a diminuição dos gastos públicos, e isso diminui os recursos aplicados em educação, saúde, desenvolvimento, além da redução de salário para os trabalhadores. Tal redução salarial fez com que também houvesse um aumento na política de dessindicalização de muitos trabalhadores, e até na extinção de grandes sindicatos, tradicionais nas lutas sociais.

Também ocorreu uma modificação no desprestígio da justiça social. Ressalta, que as lutas de libertação e as lutas de classes figuram como um fenômeno terminado. Ao invés de libertação é proposta a inserção ou a integração, e ao invés de luta social, propõe-se solidariedade humanitária ou empresarial. Mas, apesar disso, o autor acredita que os conceitos de soberania e de lutas pelos direitos sociais foram redefinidos.

Esse mesmo autor acredita que já existe uma nova utopia em muitos países, inclusive no Brasil e na Argentina, de uma democracia também global e transparente, onde a sociedade civil seja capaz de controlar o Estado no todo ou em suas partes e assuma o problema social com o poder da maioria em cada nação. Segundo ele, esse novo paradigma deve surgir em pequenos e grandes movimentos, muitos deles populares, e é justamente nesse modelo que será destacada a importância dos movimentos sociais. Afirma que todos eles caracterizam-se nos caminhos da alternativa emergente. Entretanto, esta coloca muitos problemas de organização e dinâmica, de vontade ética e conhecimento técnico e político que precisam trilhar um longo caminho até serem resolvidos. Para ele, a resolução viria através de organizações realmente democráticas dos movimentos sociais populares. Considerada uma alternativa democrática que luta pelo poder da maioria e para uma economia da maioria em cada nação e em nível mundial.

Na América Latina, pode-se destacar sobretudo, o movimento camponês, tanto no Brasil, quanto na Argentina, além de outros movimentos comunitários, ligados ao enorme mercado informal de trabalho, e resultantes das péssimas condições de vida das populações que migravam à cidade.

Segundo Domingues (2007), o corporativismo aplicado no continente latino-americano, baseado no fascismo, serviu à incorporação controlada dos movimentos operários, especialmente nos países onde houve uma crise da dominação oligárquica, como Argentina e Brasil, do movimento camponês. A essa incorporação correspondia a repressão dos setores populares que recusassem o domínio estatal, forjando-se o chamado padrão “cooptação-repressão”.

Ele continua afirmando que a América Latina, enquanto era capaz de modificar o modelo de regulação social em geral e em particular do capitalismo, seus reflexos foram desastrosos, tanto nos campos econômico, como no social e político. De maneira paradoxal, foi esse também o momento em que toda a América Latina, inclusive aquelas nações com regimes oligárquicos seculares, mostravam-se fragilizadas diante do novo cenário. Nesse período, as massas populares se libertavam definitivamente das maneiras de dominação pessoal, inclusive mercê da consolidação neoliberal dos mercados de trabalho assalariado do

meio rural, através do fortalecimento da agroindústria, e do corporativismo, desde os fins dos anos 70, por intermédio do “novo sindicalismo”, no caso, do Brasil. Salienta, ainda, que essas nações começavam a desfrutar de um novo cenário de liberdades políticas e sociais sem precedentes até então, na história do subcontinente, no que tangia aos problemas de várias ordens para a consolidação de um amplo estado de direito.

A luta pela implantação e consolidação de um cenário democrático, fez emergirem com mais rapidez os movimentos sociais populares em toda a América Latina, principalmente nos anos 90, onde se tentou instalar uma nova cultura política, resultante da luta pela democracia e do pluralismo cada vez mais amplo e evidente se expressando nas lutas sociais que contribuíram definitivamente para o final dos processos ditatoriais na região, assim como, a consolidação de demandas de populações que mais efetivamente objetivavam conseguir a ampliação da cidadania.

Evidentemente que, do ponto de vista da modificação cultural e social mais ampla, no que tange ao papel transformador dos novos movimentos sociais da América Latina, deve-se considerá-los como motores propulsores da transformação social, e também como uma articulação entre o cotidiano e a história na luta pela construção do processo democrático e na reivindicação sistemática pela cidadania.

4.3 Os Movimentos Sociais no Brasil

Este item do presente capítulo pretende fazer uma revisão histórica de como têm se desenvolvido os movimentos sociais no Brasil. Percebe-se que tais movimentos foram construídos através de relações ocorridas entre as distintas esferas da realidade social que se materializam no âmbito da vida cotidiana, onde se apresentam com formas arquitetadas nos planos econômico, político e jurídico, entre outros. No jogo entre as formas de disciplinarização do dia-a-dia é que são construídas as ações desses movimentos.

Conforme Iokoi (2007), a complexa realidade requer um conjunto muito grande de formas na reprodução do sistema social capitalista: a reprodução da forma propriedade, demanda um conjunto de formas jurídicas e institucionais que compõem o tecido social. Tais formas precisam ser planejadas como objetos funcionais e necessários à obtenção de estabilidade e à reprodução do sistema social, que agrega, por sua vez, uma base técnica, uma estrutura de classe específica e as instituições. Desse modo, as maneiras e suas relações com aquilo vivenciado formam objetos simultâneos de estudo da realidade.

O Brasil, assim como a maioria dos países latino-americanos, atravessou um longo período de ditaduras militares, onde milhões de pessoas tiveram seus direitos sociais e políticos tolhidos, e o processo de democratização somente foi possível devido à resistência antiditatorial. Neste contexto, os movimentos sindical e estudantil desempenharam um papel fundamental. Apesar disso, a luta para o pleno restabelecimento da democracia, nessas nações, foi reforçada graças aos novos movimentos sociais, como: movimentos de bairro, das comunidades de base, das igrejas, de direitos humanos, das mulheres, etc. Apesar de ter permitido a unificação de diversos atores que criaram amplas frentes de resistência ao processo em vigor, também possibilitou que a partir do momento em que foram vencidas as primeiras dificuldades, tais movimentos foram desmobilizados, sendo substituídos por representantes dos principais partidos políticos que passaram, então, a falar em nome dos setores populares.

De acordo com Gohn (2003), os movimentos populares tradicionais no Brasil foram constituídos por intermédio de enfrentamentos constantes à escassez de direitos. Entretanto, a forma como os movimentos populares tradicionais enfrentaram a dominação e coerção de modos políticos ao longo da história, pode ser traduzido como textos recentes da nova cidadania e de direitos políticos e civis. As revoluções populares destes grupos tão diferentes não eram orientadas claramente pela conquista de direitos liberais e individuais atualizados pelos Estados modernos. São observadas revoltas populares de intervenção na ordem social, capazes de provocar práticas reprimidas de participação social e política do povo no processo histórico, que podem ser entendidas como reivindicações prematuras de espaços para desenvolvimento de ações sociais e políticas.

No entendimento de Gohn (2003), foi a partir dos anos 80 que se começou a questionar o novo caráter dos movimentos populares; no campo das práticas não exclusivamente populares, tiveram início novos interesses, através de pesquisadores, por outros tipos de grupos pesquisados como os das mulheres, os ecológicos, dos negros, dos índios, etc. Tais movimentos possuíam expressão naquele período, entretanto, eles tinham também ganho expressão já na década de 70, e alguns já estavam até articulados, como a luta popular por creches, organizada por entidades feministas. O inovador dos movimentos ecológicos e das mulheres representa um outro tipo de demanda, que diz respeito aos direitos sociais modernos, que objetivam a igualdade e a liberdade nas relações de raça, gênero e sexo³⁰.

³⁰ Esse caráter inovador dos movimentos sociais que se organizavam em torno das mulheres, da paz, da qualidade de vida advinha dos movimentos europeus, baseados num novo paradigma da ação social (GOHN, 2003).

A respeito do caráter inovador³¹ dos movimentos sociais e de sua mutabilidade e adaptabilidade, conforme Fuentes et al (1989), eles provêm da capacidade organizativa e de liderança dos movimentos de trabalhadores, dos partidos políticos e da igreja, que retiraram daqueles grupos de pessoas desiludidas com as limitações das antigas formas organizativas e que agora objetivam a criação de novos paradigmas. Tal contribuição organizativa pode representar um recurso importante para os movimentos sociais, em comparação a seus precursores históricos, organizados de uma maneira menos rigorosa. Apesar disso, pode também conter as sementes da futura institucionalização de alguns deles.

A respeito da conjuntura dos movimentos sociais na década de 80, Gohn (2003) destaca que os novos tipos de movimentos populares foram criados a partir da conjuntura política existente no país. Entre estes grupos, destaca o do movimento dos desempregados e das “Diretas Já”, que se definiam no campo da ausência do trabalho e na luta pela modificação do regime político existente. Questões complexas vieram à tona para serem discutidas, como a ética na política.

A autora continua afirmando que os movimentos sociais no Brasil passaram da fase do otimismo para a da perplexidade, e, em seguida, para a descrença. Muitos fatores contribuíram para tais modificações, salientando-se as alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participavam da implementação, gestão e avaliação de tais políticas; o consenso, a generalização e o posterior desgaste daquelas práticas participativas em distintos segmentos da vida social, o aumento do associativismo institucional, prioritariamente nas entidades e órgãos públicos, que cresceu muito em termos numéricos ao longo dos anos 80, absorvendo um grande contingente dos desempregados do setor privado; o aparecimento de grandes centrais sindicais; o surgimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares, especialmente no setor de moradias e, principalmente, o surgimento ou o crescimento da forma que viria a ser a quase substituta dos movimentos sociais nos anos 90, que são as Organizações Não Governamentais (ONGs). A isso se soma a decepção progressiva da sociedade civil tanto com a política efetuada pelas elites dirigentes, como a desenvolvida pelos partidos políticos que gradativamente, foram perdendo a capacidade de articular as contradições das necessidades populares e das camadas médias, e se fechando em guetos corporativistas. Tais modificações irão resultar na perda da capacidade de mobilização e do esforço voluntarista já

³¹ Pode-se considerar um aspecto novo nos movimentos sociais que é o fato de que se comparados com outros movimentos, atualmente eles tendem a ser mais monoclássistas ou de um único estrato social, classe média no Ocidente e populares e da classe operária no Sul. Apesar disso, considerando o caráter inovador, os velhos movimentos clássicos da classe operária também são novos e alguns movimentos étnicos, nacionais e religiosos contemporâneos são velhos (GONH, 2004).

verificado na década de 70. Para Gohn (2003), militantes, assessores e simpatizantes deixam de exercer seus direitos políticos através da atuação nos movimentos sociais, embalados pela paixão, pela ideologia ou por acreditar em algumas causas ou valores gerais.

Essa liberalização provocou alguns efeitos contraditórios, criando uma camada de dirigentes que, cada vez mais, se distanciava das bases dos movimentos, afinando-se com as ONGs e se ocupando em arquitetar pautas e agendas de encontros e seminários. Além das agendas dos encontros, a outra prioridade eram as eleições. Obviamente que foram importantes, dado que, em duas ocasiões, o candidato à presidência, Luis Inácio Lula da Silva apoiado pela maioria dos movimentos sociais, conseguiu chegar até o final da disputa.

Ao final da década de 80, período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) chegou ao poder, em vários municípios do país, foi definida uma nova postura e o problema principal passou a ser a formação técnica de algumas lideranças populares para atuarem como co-partícipes das políticas públicas desenvolvidas em algumas localidades.

Também por isso, a consolidação dos grupos sociais como estruturas da sociedade civil foi um plano que, na década de 90, tinha sido considerado, por alguns segmentos, como não realizado, sendo apontado não como um fracasso, mas, sim, como um projeto irrealizável dentro do contexto político dos anos 70 e 80, principalmente, porque o Estado era considerado como um inimigo opressor. Apesar disso, esse deve ser considerado como um elemento central da prática política, e a luta de classes, como um agente capaz de provocar mudanças históricas dentro do contexto social.

Durante a década de 90, ocorreu uma redefinição do contexto das lutas sociais no Brasil, destacando que uma parcela importante dos movimentos sociais populares urbanos encontrava-se em crise. Crises endógenas, de militância, de participação, de credibilidade das próprias políticas públicas, de confiabilidade e legitimidade junto à população, além de crises exógenas, decorrentes da redefinição dos termos do conflito social entre os diversos agentes sociais e entre a sociedade civil e a sociedade política, tanto em termos nacionais como internacionais (ADITA, 2007).

Conforme Gohn (2004) o principal aspecto dos movimentos sociais atualmente é que eles estão exercendo novas práticas, trazendo também um conhecimento mais aprofundado sobre a política estatal, a respeito do governo e suas instituições. Demandas pela ética na política e uma nova concepção de esfera pública foram os primeiros saltos dessa nova aprendizagem. Salienta que no atual milênio as principais demandas dos movimentos sociais são: lutas por condições de habitabilidade na cidade; mobilização e organização popular ao redor de estruturas institucionais de participação na estrutura político-administrativa das

idades³²; mobilização e movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais; movimentos e lutas contra o desemprego; mobilizações de solidariedade e apoio a crianças que vivem nas ruas de grandes ou médias cidades, usuários de drogas ou portadores de HIV e deficiências físicas; fortalecimento do MST; movimentos étnicos-raciais; mobilizações envolvendo questões de gênero, além de movimentos contra as políticas neoliberais e os efeitos provocados pela globalização (como exemplo, cita o Fórum Social Mundial).

Deve-se considerar que em tempos de economia globalizada, isto é, na contemporaneidade, o papel dos movimentos sociais deve primar não pela radicalização de suas mobilizações, mas, sobretudo, ser um agente capaz de articular juntamente com o governo e suas instituições, e outros setores da sociedade civil, ações capazes de aumentar e concretizar o processo de cidadania, que mesmo que seja global, possa respeitar as singularidades de todos os sujeitos, comunidades e regiões.

4.4 Os movimentos sociais na Argentina

Nesta seção serão apresentados alguns aspectos centrais da análise de cientistas sociais e pesquisadores, a exemplo do que já foi efetuado para o caso brasileiro, no intuito de compreender melhor o contexto dos movimentos sociais na Argentina.

A Argentina foi a nação sul-americana que mais se aproximou do modelo econômico e social de bem estar social (*Welfare State*). Isto, graças a uma série de fatores, como por exemplo, à combinação de uma economia dinâmica e de uma forte representação da classe trabalhadora organizada nos sindicatos, além, é claro, de uma classe populista comandada pelo General Juan Domingo Perón. Por isso, foi possível, principalmente entre os anos 40 e 70, desenvolver no país um molde relativamente homogêneo de distribuição da riqueza. Acreditava-se que o Estado cumpria razoavelmente suas funções principais de universalização de direitos como: educação, saúde e previdência social e que se tornou capaz de consolidar a hegemonia política do Partido Justicialista (PJ) durante décadas – ainda que interrompida mais de uma vez por ditaduras militares. Apesar disso, a decadência da “sociedade salarial” argentina foi se dando de maneira gradativa, em pelo menos “três ondas de descoletivização”, ou seja, de crise econômica seguida do aumento do desemprego e da precarização do mercado

³² Exemplo disso, pode-se citar o Orçamento Participativo e os Conselhos Gestores.

de trabalho desse país, sendo, as duas últimas, resultados indiscutíveis das políticas econômicas neoliberais e de sua ideologia, que se reproduziram com um feito devastador no imaginário da população argentina ao longo dos anos 90 (SVAMPA, 2003).

Segundo Javier (2002), ainda durante a década de 90, já estando à frente do governo do país vizinho, o presidente Menem, foram implementadas reformas estruturais na economia argentina cumprindo com as imposições dos organismos financeiros internacionais, de cunho neoliberal (como FMI, Banco Mundial), e isso é efetuado através da abertura do mercado interno para a entrada de produtos importados, privatizações em massa de todo o aparelho estatal, além do controle da mão-de-obra por meio da flexibilização das relações de trabalho, tendo por resultado um considerável surto de desindustrialização e precarização da força de trabalho, que atingiu especialmente os trabalhadores da região metropolitana de Buenos Aires, bem como os ex-funcionários de empresas estatais. Mais uma vez, enormes contingentes de trabalhadores migraram para setores informais da economia. Além disso, com a crise desencadeada pelo “efeito tequila”³³ (crise mexicana), já no segundo mandato de Menem - a economia entrou num processo de estagnação até resultar na maior crise da história do país, em 2001, que culminou em taxas de desemprego superiores a 20%, empurrando mais da metade da população para baixo da linha de pobreza.

Segundo salienta Svampa (2006), com uma crise profunda de trabalho e emprego, muitos esperavam um declínio do movimento sindical que retrataria e supostamente se verificava nos países centrais (Europa e Estados Unidos). A crise dos anos 1980, o neoliberalismo no decênio seguinte, a reestruturação produtiva no mesmo período, novas formas, mais liberais e desfavoráveis aos sindicatos de regulamentação dos mercados de trabalho, além do movimento dos desempregados, pareciam atestar a validade dessa teoria.

Sobre isso, Domingues (2007) destaca que, na Argentina, com a diminuição do poder do sindicalismo peronista e a organização dos desempregados, o sindicalismo segue sendo uma força relevante, e talvez o movimento social mais importante, não apenas da Argentina, como também da América Latina. Sua libertação das regras do controle corporativista no Brasil e na Argentina, com o aparecimento dos novos sindicatos e centrais de trabalhadores permitiram o pluralismo e também maior capacidade de mobilização, algumas vezes, mesmo

³³ A crise econômica do México de 1994 foi a última e mais recente crise do país que teve repercussões mundiais. Foi provocada pela falta de reservas internacionais, causando um déficit no peso durante os primeiros dias da presidência de Ernesto Zedillo. Nas primeiras semanas do processo de déficit da moeda mexicana (peso), o então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, solicitou ao congresso de seu país a autorização de crédito de \$20 bilhões de dólares ao governo do México. Mais de 200 mil mexicanos perderam seus empregos e milhares de empresas fecharam as portas. A taxa de desemprego era o dobro do ano anterior (WIKIPEDIA, 2007).

que em condições econômico-sociais frequentemente desfavoráveis, garantindo uma posição de destaque nas lutas sociais.

Falar de movimentos sociais na Argentina requer expor e conhecer um dos grupos mais populares desse país, que é o dos piqueteros. Entretanto, isto não é considerado uma tarefa muito simples. Inicialmente, porque se trata de um movimento recente e em plena formação, portanto ainda pouco estudado. E isto significa que o conhecimento a respeito do cotidiano de tal movimento e das possíveis transformações que ele pode suscitar na sociedade em que se desenvolve é muito limitado. Certamente, a maior dificuldade em tecer considerações a respeito dos piqueteros advenha do fato de que, se há uma característica fundamental em seu espectro, é a da fragmentação, observada, tanto pela quantidade considerável de movimentos que se formaram nos últimos anos, quanto no interior das próprias organizações, entre seus diferentes bairros e municípios e entre as camadas heterogêneas da população que as compõem; no fundo, nada mais do que a consequência política do estado da sociedade Argentina (SVAMPA, 2003).

Segundo Fernandes (2007), é quase impossível determinar de maneira categórica a composição social do movimento piquetero. Em verdade, é necessário considerar um movimento de movimentos, pois o número razoável de organizações e de linhas políticas que compõem o cenário piquetero dificulta qualquer tipo de panorama genérico. Também é necessário considerar que tanta fragmentação tem contribuído para o enfraquecimento de sua força política, pois as diferentes orientações dos movimentos inviabilizaram muitas vezes os planos comuns de ação e de pressão sobre o Estado, que seriam, sem dúvida, mais efetivos no caso de uma unidade de luta. Apesar disso, a brecha político-institucional que possibilitou o surgimento de todas as organizações foi a mesma e está diretamente relacionada a uma reivindicação econômica idêntica, que serviu de mediação para a união de interesses tão diversos. Tais reivindicações foram os chamados *planes*, um subsídio estatal equivalente a um salário-desemprego cujo valor atual é de 150 pesos (em torno de 150 reais), e cuja história marca um dos poucos pontos comuns da experiência piquetera. Ainda assim, as soluções dos conflitos com o Estado pela apropriação dos fundos públicos através da conquista dos *planes* também serão diferentes se depender da organização.

Esse mesmo autor acredita que, frente a esse cenário, fica mais fácil entender a heterogeneidade da imensa camada da população argentina que se encontra hoje desempregada ou precarizada. Tal fragmentação se reflete no interior de setores da economia, entre as diferentes classes que a formam, mas também no próprio espaço da metrópole, a depender do município da Grande Buenos Aires e de sua respectiva inserção na economia. Se

por um lado, municípios ao sul da capital, como Florencio Varela, um assentamento recente (anos 80), repleto de favelas, composto principalmente, por trabalhadores com experiência de precarização trabalhista de longa data, ou ainda, o distrito de Solano (município de Quilmes), também nitidamente composto por classes médias e pobres, com grande distância do mundo operário “clássico”; por outro lado, um município como La Matanza (oeste da capital), com grande concentração de indústrias, 1,3 milhão de habitantes e taxas altíssimas de desemprego, onde é mais presente a herança identitária da experiência fabril.

Diante desse cenário no âmbito dos bairros, entre países vizinhos, como Brasil e Argentina, muito da política de setores populares é efetivada com manifestos e movimentos mais pontuais ou abrangentes. Tais movimentos evidenciam graus relativos de centramento, possuindo identidade e organização variáveis, apresentando pautas construtivas e de continuidade, ou como, no país vizinho, onde há reflexos de mobilização social, porém também transparecem os limites de seus movimentos sociais.

4.5 Os movimentos sociais organizados contribuindo para melhorar a integração entre o Brasil e a Argentina

No presente item desse capítulo, objetiva-se apontar, de acordo com alguns pesquisadores, algumas condicionantes que possam servir de parâmetros plausíveis à concretização do processo de integração entre o Brasil e a Argentina através dos movimentos sociais populares. Obviamente que não se tem, aqui, a pretensão de traçar soluções concretas, mas apenas anotar algumas ações coletivas construídas no campo das lutas sociais que possam contribuir para romper com padrões já, de certa forma, desgastados e sem efeito no combate à miséria e à exclusão social de milhões de indivíduos que vivem à margem do processo produtivo desses dois países.

Inicialmente, é necessário reconhecer e compreender as diversas lutas sociais desenvolvidas ao longo dos anos nos países pesquisados, estabelecendo um fio condutor entre o passado e o presente dos atuais regimes políticos e democráticos que somente foram construídos através da atuação e anseios das forças coletivas. Conforme afirma Santos (2007): “O primeiro grande exercício de captar os sinais do novo é o de conseguir reconhecê-lo, não apenas como fenômeno que destoa, mas como poder de fio condutor para reverter a relação de forças existentes.”

Ele continua, ainda, afirmando que, ao ser analisado o desenvolvimento histórico latino-americano na sua diversidade cultural, étnico-racial, social, é necessário reconhecer que várias das conquistas e transformações atuais estão justamente na origem dos diversos movimentos sociais. Verificar tais modificações é compreendê-las partindo-se de seus elementos constitutivos, como por exemplo: as contradições que as geraram; a diversidade dos conflitos e as possíveis alternativas de convívio social, étnico-racial e de gênero.

Segundo Harnecker (2000), a contribuição dos movimentos para a democracia e a integração dos países latino-americanos pode ser encontrada também na proliferação das muitas esferas públicas e não apenas em seu sucesso no processo de demandas no interior dos públicos oficiais. As lutas dos setores populares dos anos 80 conseguiram deixar um legado importante para os anos posteriores, criando espaços públicos plurais, informais e descontínuos, onde é possível acontecer o reconhecimento dos outros como portadores de direitos.

Santos (2007) reconhece que é visível o desempenho efetuado pelos novos e diversos movimentos sociais na conscientização, transformação e integração da América Latina, porque, também, devido à ação desses grupos, a coletividade passou a ter acesso a mais informações (como mobilizações, manifestos e conscientizações), construindo novas sociedades e espaços que se tornaram arenas de concertação no século XXI. Segundo afirma, o termo mobilização é muito forte, trazendo consigo uma idéia de passar do estado de paz ao de guerra. Esse é o objetivo das mobilizações populares, que, por intermédio das mobilizações de forma organizada, ganham notoriedade perante a população, ao Estado, aos governantes e, principalmente, aos grupos interessados em transformar a realidade social dos indivíduos.

5 CONCLUSÃO

Na presente dissertação foram trabalhados aspectos referentes às novas relações que são empreendidas entre o Estado e determinados setores populares da sociedade civil, prioritariamente no que se refere às ações dos movimentos sociais do Brasil e da Argentina, e à capacidade que esses possuem de consolidar o processo democrático e integracionista da região.

Para que isso fosse possível, num primeiro momento foi verificado alguns aspectos do processo de globalização e algumas de suas variáveis, que ao mesmo tempo em que são capazes de trazer facilidades para milhões de pessoas no mundo inteiro, com a introdução de novas tecnologias e ampliação dos meios de comunicação, também criam um exército de excluídos, principalmente, nos países pobres ou em desenvolvimento.

Além disso, percebeu-se que a globalização é capaz de modificar e transformar paulatinamente as funções dos Estados-nações, colocando-os à disposição para a prática de políticas econômicas mercadológicas. Apesar disso, o Estado deve ser não apenas um instrumento a serviço do capitalista, mas sim, e principalmente, o agente transformador e condutor das modificações sociais, pois, embora o mercado tente impor-se progressivamente sobre o Estado este deve primar pela implantação de um processo plenamente democrático, mediando conflitos e viabilizando diálogos de concertação nacional.

Foi possível verificar que as nações, para protegerem-se e inserirem-se na ordem econômica dominante procuram unir-se em Blocos Econômicos Regionais, pois acreditam que se estiverem reunidas tornam-se mais competitivas internacionalmente. O exemplo dessa regionalização aqui apresentado foi do Mercosul, que apesar das evoluções conseguidas desde a sua criação, ainda necessita de algumas reformulações para que a efetivação de sua integração seja concretizada, tanto nas áreas comerciais, como políticas, sociais, e culturais. Percebeu-se, também, que o processo de regionalização requer Estados fortes, que tenham a seu dispor instituições sérias e competentes capazes de fazer frente às múltiplas exigências de um mercado mundializado.

Além disso, foi analisada a influência das idéias associativas e cooperativas, que, desde o século XIX, vêm sendo constituídas com o intuito de criar trabalho e renda, incluindo milhares de famílias que se encontram fora do mercado formal de trabalho. A utilização de

tais formas cooperativas permitiu às pessoas unirem-se com o objetivo de encontrar soluções advindas de problemas econômicos, sociais, políticos e culturais, permitindo a seus associados o acesso a melhores condições de vida.

Movimentos sociais modificados em organizações formais, tais como o MST, uma vez realizadas transformações internas, começam a reger-se por outras lógicas constitutivas e de distintos interesses, diferentes daqueles originais, tanto em suas relações externas, mantidas com os demais grupos políticos, quanto em suas relações internas. Salienta-se, aqui, a estreita relação entre a origem social dos sem-terra e as oportunidades criadas pelo aumento da organização, inclusive em termos de carreira política e, mais genericamente, pelo extraordinário aumento de formas de mobilidade social ascendente.

O dinamismo da organização do movimento, em muitas regiões, refere-se justamente à vida política dos pequenos municípios, devido à constituição de novas formas de representação e de organização que o MST estimula, tão logo os assentamentos são constituídos. Além disso, outro fato de efeito impactante, é que em algumas regiões do Brasil, e que é fruto da ousada ação do MST há inversões das relações entre grandes proprietários de terra e os pobres que vivem no campo. Uma relação historicamente de dominação dos grandes proprietários sobre os pequenos ou pobres dominados. Entretanto, isso vem se modificando, pois existe um temor dos grandes fazendeiros, devido à incapacidade do Estado em contrapor-se, como no passado, à forma de pressão efetuada pelos sem-terra. Tal inversão de dominação política dos maiores proprietários é, talvez, um dos mais notórios da história do movimento, o que amplia, assim, as chances de aumentar os estoques de terra destinadas aos programas de reforma agrária, contemporaneamente facilitados pela descrença gerada entre os grandes proprietários gradativamente impotentes para contrapor-se às ocupações de terra.

Para que haja outras alternativas às tendências privatistas dominantes atualmente na América Latina, é imprescindível o estabelecimento de um campo político onde os sujeitos populares se mostrem como sujeitos políticos. Sua expressão pública é necessária, não porque eles sejam o pólo de virtude, mas porque é preciso que a cena política contemple a pluralidade de todos os atores sociais.

Para estimular e propiciar o processo de desenvolvimento e integração entre o Brasil e a Argentina através dos movimentos sociais é necessário fortalecer os processos democráticos, adequando-os às peculiaridades sócio-político-culturais da coletividade latino-americana, sem, entretanto, homogeneizá-las, respeitando as suas diversidades e singularidades. A democracia vislumbrada e requerida pelos movimentos sociais populares pode estimular e desenvolver um vasto cenário para a integração, favorecendo o

desenvolvimento social e econômico. Entretanto, o descontentamento da maioria da população pode constituir-se numa possível ameaça, não apenas ao crescimento da democracia da região, mas sobretudo, e principalmente, pode também barrar o futuro de qualquer processo de integração regional enquanto, estratégia de desenvolvimento sustentável, economicamente aceito, além, de socialmente justo.

Embora este estudo não tenha esgotado a questão, nem permitido um diagnóstico mais completo a respeito dos movimentos sociais, e à sua capacidade de integrar economicamente, e, também, socialmente, o Brasil e a Argentina, possibilitou acenar com algumas indicações a respeito de algumas variáveis no campo das ações coletivas. Acredita-se que os resultados obtidos permitiram reforçar alguns conceitos, caracterizações e, principalmente, ressaltar a preocupação de setores populares da sociedade civil em inserir socialmente milhares de pessoas que vivem à margem do processo produtivo.

Assim, para um trabalho futuro, seria de fundamental importância fazer uma análise mais detalhada e/ou uma pesquisa de campo a cerca de tais projetos, o que poderia contribuir, juntamente com outras pesquisas que vêm sendo desenvolvidas, como mais um subsídio para compreender como as novas formas de relacionamento entre Estado, Mercado e Sociedade Civil vêm se alterando paulatinamente, visando contribuir para a concretização do processo democrático e a integração, não apenas dos países pesquisados, como, também, de toda a América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADITA. Disponível em: <www.adita.com.br>. Acesso em: 21 jun. de 2007.

AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <www.agenciabrasil.gov.br>. Acesso em: 02 de jul. 2007.

ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Economia Rural: Conceitos e Aplicações**. Chapecó: Grifos, 2000.

ALTIERI, Miguel A. & MASERA, Omar. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. (Orgs). **Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. p. 72-105.

BECK, Ulrich e GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e Desenvolvimento**. V. 2, Porto Alegre: Cooperativa dos Jornalistas, 1980.

BENETTI, Maria Domingues. Origem e Formação do Cooperativismo Empresarial no Rio Grande do Sul. **Fundação de Economia e Estatística**, n. 5, Porto Alegre, 1990.

BARRETO, Natanael. Processo de Participação em Cooperativas de Produtores Rurais do Rio Grande do Sul. In: **Perspectiva Econômica**, vol. 12, n. 38, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio do Sinos, 1982.

_____. Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul. **Fundação de Economia e Estatística**, n. 4, Porto Alegre, 1982.

BERNAL-MEZA, Raúl. **Sistema Mundial y Mercosur: Globalización, regionalismo y políticas exteriores comparadas**. Buenos Aires: Nuevohacer, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

BRAGA, J.C. A financeirização global (O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo). In: TAVARES, M. C, FIORI, J.L. **Poder e dinheiro – Uma economia política de globalização**. Rio de Janeiro, 1997.

BROSSARD, Dionísio. **Contribuição para o desenvolvimento do cooperativismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1979.

CASANOVA, P. **Globalização e Desnacionalização**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CASSIOLATO, José Eduardo & SZAPRO, Marina. Novos objetivos e instrumentos de política de desenvolvimento industrial e inovativo em países selecionados. **Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico**. Estudos Temáticos. Nota Técnica 13. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE/UFRJ. Rio de Janeiro, Dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/notatec/ntec09.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 5 ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CHESNAIS, François: **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

CONCRAB. Evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999). São Paulo: Edições Concrab, 1999.

DINIZ, S. **Equilíbrio Econômico-Financeiro nas Parcerias Público-Privadas**. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. 2º Prêmio STN de Monografia Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília: Esaf, 1998.

DI PIETRO, M. S. Z. **Parcerias em Administração Pública, Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização e outras Formas**. São Paulo: Atlas, 1996.

DOMINGUES, José Maurício. **Movimentos Sociais Latino-americano: características e potencialidades**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2007.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social: Pobreza, Emprego, Estado e Futuro do Capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FALEIRO, Airton. O desenvolvimento da Amazônia na visão dos produtores familiares. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina e DINIZ, Nilo, (Orgs). **O Desafio da Sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

FERRER, Aldo. **Subdesenvolvimento, dependência e integração: os dilemas da relação Argentina-Brasil**. Revista Brasileira do comércio Exterior, 1998. Disponível em: <www.funcex.com.br>. Acesso em: 14 fev. de 2006.

FERNANDES, Marco. **Quando o desemprego dignifica o homem e a mulher: Lições piqueteras sobre a difícil arte de organizar movimentos populares nas metrópoles neoliberais**. Mensagem recebida por <antivalor@bol.com.br> . Acesso em: 16 jul. de 2007.

FRANK el al, André Gunder. Dez teses a respeito dos movimentos sociais. In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 17, São Paulo: Marco Zero, 1989.

FRIGOLETTO.COM.BR. Disponível em: <www.frigoletto.com.br/GeoRural/estatutodaterra>. Acesso em: 29 de jun. de 2007.

FURTADO, C. Brasil, os caminhos da reconstrução. **Jornal dos Economistas**, n. 122, CORECON-RJ/SINDECON-RJ/IERJ, jun. 1999.

A. Giddens. **Política, Sociología y Teoría Social, Reflexiones Sobre el Pensamiento Social Clásico y Contemporáneo**. Barcelona: Paidós, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Movimentos sociais antiglobalização: de Seattle/1998 a Nova York/2002. In: GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI Antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social. In: ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander. (Orgs). **Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. p. 106-124.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Globalización y Democracia. In: **Sociedad y Política, Ediciones**. Lima, 2002.

GUIMARÃES, Roberto P. A Ética da Sustentabilidade. In: VIANA, Silva e Diniz. (Orgs). **O Desafio da Sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander. (Orgs). **Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. p. 19-32.

HARNECKER, Marta. **Tornar possível o impossível**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1976.

JAVIER, Auyero. **Los cambios e el repertorio de la protesta social en la Argentina**. Vol. 42, n. 166, Buenos Aires: Desarrollo económico, 2002.

IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Desafios da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Petrópolis, 1997.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Movimentos Sociais na América Latina: Desafios Teóricos em Tempos de Globalização. In: Quevedo, Júlio et al (orgs.). **Movimentos Sociais na América Latina: Desafios Teóricos em Tempos de Globalização**. Santa Maria: Evangraf, 2007.

IRION, Jorge Eduardo. **Cooperativismo e Economia Social**. São Paulo: STS Publicações e Serviços, 1997.

KAIMOWITZ, David. O avanço da agricultura sustentável na América Latina. In: ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander. (Orgs). **Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. p. 56-71.

KAUFMANN, J. N. Mundialização e globalização: desafios ético-políticos. In: **Ser Social-Revista semestral do Programa de Pós-Graduação em Política Social**. V. 1, n. 4, Brasília, Ser/UNB, jun. 1999. p. 09-42.

MAIA, Isa. **Cooperativa e Prática Democrática**. São Paulo: Cortez, 1985.

MARTINS, C. E. Da globalização da economia à falência da democracia. **Economia e Sociedade**, n. 1, Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Instituto de Economia, ago. 1996. p. 03-22.

MEDEIROS L. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. In: **Estudo, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. <www.mds.gov.br> . Acesso em: 14 de jul. de 2007.

MST. Disponível em: <www.mst.com.br>. Acesso em: 15 de mai. de 2007.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista de Estudos Avançados**, vol. 15, n. 43, São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados, 2000.

SALAMA, P. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. Mobilização sem emancipação as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir Para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, Luiz Inácio Lula da, (coord.). **Projeto Fome Zero: Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil**. Instituto de Cidadania. Brasília: Ipiranga, 2001.

SPOSATI A. Seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **In: Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

OLIVEIRA, Terezinha Cleide. O Desenvolvimento das Cooperativas de Trabalho. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo: Unisinos, 1982.

PAEZ, Luiz Francisco Verano. **O modelo de economia solidária, uma alternativa frente ao neoliberalismo**. Santa Fé de Bogotá: CGTD, 1998.

PERIUS, Vergílio Frederico. Cooperativas de Trabalho: Manual de Organização. **Perspectiva Econômica**, v. 32, n. 41, São Leopoldo, 1997.

PINHO, Diva Benevides. **A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalista e Socialistas**. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1991.

POCHMANN, Marcio. **A exclusão social no Brasil**. São Paulo: Editora Bomtempo, 2001.

POZZOLI, Lafayette. **Direito Comunitário Europeu: uma perspectiva para a América Latina**. São Paulo: Editora Método, 2003.

RAPOPORT, Mario. La montaña rusa de la economía mundial y las alternativas de América del Sur. **E – premissas: revista de estudos estratégicos**. Nº 1 – jun./dez. Campinas: Unicamp, 2006.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos).

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Editora Record, 2000.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. A Perspectiva de Compreensão da América Latina a partir de seus Movimentos Sociais como Possibilidade de Percepção da Integração. In: QUEVEDO, Júlio et al (Orgs). **Movimentos Sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização**. Santa Maria: Evangraf, 2007.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem Fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHNEIDER, José Odelso. O Panorama Mundial, Nacional e Estadual do Cooperativismo. **Perspectiva Econômica**, vol. 12, n. 38, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1982.

SCHWEINBERGER, Geral A. et al. Organização Econômica dos Produtores e Desenvolvimento Rural. **Perspectiva Econômica**, vol. 12, n. 38, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1982.

SINGER, Paul. A economia solidária e as transformações no mundo do trabalho. In: GUIMARÃES Gonçalo, (org). **Sindicalismo & Cooperativismo: a economia solidária em debate**. Transformações no mundo do trabalho. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Unitrabalho, 1997.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOARES, Ricardo Pereira, et al. **Parcerias Público-Privadas do Plano Plurianual: Proposta de um Conceito**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2002.

SVAMPA, Maristela. **La sociedad excluyente. La Argentina bajo el signo del neoliberalismo**. Buenos Aires, 2006.

SVAMPA, Maristela et al. **Entre la ruta y el barrio**. Buenos Aires, 2003.

TEDESCO, João Carlos. Agroindustrialização do Espaço Agrário e a Pequena Produção Familiar: Tendências e Controvérsias. In: TEDESCO, João Carlos. (Org.). **Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo: UPF, 1995.

TEIXEIRA E. C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

TÉVOÉDJRÈ, Albert. **A Pobreza, Riqueza dos Povos: A transformação pela solidariedade**. Petrópolis: Vozes, 3 ed., 2002.

VENTURA, D. de F. L. **A Ordem Jurídica do Mercosul**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

VIANA, Gilney. Amazônia, agricultura familiar e reforma agrária. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina e DINIZ, Nilo, (Orgs). **O Desafio da Sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIEIRA, Liszt & BREDARIOL, Celso. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio Janeiro: Editora Record, 2000.

WIKIPEDIA. Disponível em: <www.mst.com.br>. Acesso em: 19 jul. 2007.